



Programa aprovado pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFPA – Resolução 2545/98. Reconhecido nos termos das Portarias N°. 84 de 22.12.94 da Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e N°. 694 de 13.06.95 do Ministério da Educação e do Desporto. Doutorado autorizado em 1999.

**PERSPECTIVAS DE PESSOAS IDOSAS PRIVADAS DE LIBERDADE EM UMA
INSTITUIÇÃO PENITENCIÁRIA NA AMAZÔNIA ORIENTAL, DISTRITO DE
ICOARACI, BELÉM (PA)**

LAURO FRANCISCO DA SILVA FREITAS JUNIOR

Belém/PA

Dezembro/2023

**PERSPECTIVAS DE PESSOAS IDOSAS PRIVADAS DE LIBERDADE EM UMA
INSTITUIÇÃO PRISIONAL NA AMAZÔNIA ORIENTAL, DISTRITO DE
ICOARACI, BELÉM (PA)**

LAURO FRANCISCO DA SILVA FREITAS JUNIOR

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Teoria e Pesquisa do Comportamento/UFPA, como
requisito parcial para a obtenção do Título de Doutor
em Teoria e Pesquisa do Comportamento.

Orientadora: Prof^a Dr^a Celina Maria Colino
Magalhães.

Co-Orientadora: Prof^o Dr^a. Paula Danielle Palheta
Carvalho.

Belém/PA

Dezembro/2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

UFPA/Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento/Biblioteca

F866p Freitas Júnior, Lauro Francisco da Silva, 1977-
Perspectivas de pessoas idosas privadas de liberdade em uma
instituição prisional na Amazônia Oriental, Distrito de Icoaraci,
Belém (Pa) / Lauro Francisco da Silva Freitas Júnior. — 2023.
103 f.: il.

Orientadora: Celina Maria Colino Magalhães
Coorientadora: Paula Danielle Palheta Carvalho
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará / Núcleo de
Teoria e Pesquisa do Comportamento, Programa de Pós-
Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Belém,
2023.

1. Análise do comportamento. 2. Idoso no cárcere -
perspectivas. 3. Idosos – crimes cometidos. 4. Pessoa idosa
(Sistema penitenciário) – Icoaraci – Belém - Pará. I. Título.

CDD - 23. ed. 155.67

Catalogação na fonte: Maria Célia Santana da Silva – CRB2/780



Programa aprovado pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFPA – Resolução 2545/98.
Reconhecido nos termos das Portarias N°. 84 de 22.12.94 da Presidente da Fundação Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e No. 694 de 13.06.95 do Ministério da Educação e
do Desporto. Doutorado autorizado em 1999.

Defesa de Doutorado

“Perspectivas de Pessoas Idosas Privadas de Liberdade em uma Instituição Prisional na Amazônia Oriental, Distrito de Icoaraci, Belém (Pa).”

Aluno: Lauro Francisco da Silva Freitas Júnior.

Data da Defesa: 03 de outubro de 2023.

Resultado: Aprovado.

Banca Examinadora:

Profª Drª Celina Maria Colino Magalhães (orientadora – PPGTPC/UFPA).

Profª Drª Paula Danielle Palheta Carvalho (co-orientadora – UFPA).

Profº Drº Rodolfo Gomes do Nascimento (membro 1 – UFPA).

Profª Drª Jeisiane dos Santos Lima (membro 2 – UFPA).

Profº Drº Hélio Fonseca Moreira (membro 3 – UFPA).

Profº Drº José Edvaldo Pereira Sales (membro 4 – Ministério Público do Estado de Pará).

À Deus e a todos aqueles que ainda acreditam na humanidade.

“Não entres docilmente nessa noite serena,
porque a velhice deveria arder e delirar no termo do dia;
odeia, odeia a luz que começa a morrer.

No fim, ainda que os sábios aceitem as trevas,
porque se esgotou o raio nas suas palavras, eles
não entram docilmente nessa noite serena.

Homens bons que clamaram, ao passar a última onda, como podia
o brilho das suas frágeis ações ter dançado na baía verde,
odiai, odiai a luz que começa a morrer.

E os loucos que colheram e cantaram o voo do sol
e aprenderam, muito tarde, como o feriram no seu caminho,
não entram docilmente nessa noite serena.

Junto da morte, homens graves que vedes com um olhar que cega
quanto os olhos cegos fulgiriam como meteoros e seriam alegres,
odiai, odiai a luz que começa a morrer.

E de longe, meu pai, peço-te que nessa altura sombria
venhas beijar ou amaldiçoar-me com as tuas cruéis lágrimas.
Não entres docilmente nessa noite serena.
Odeia, odeia a luz que começa a morrer.”

Dylan Thomas

Tradução: Fernando Guimaraes

Freitas Junior, L. F. S. (2023). Perspectivas de pessoas idosas privadas de liberdade em uma instituição penitenciária na Amazônia Oriental, Distrito de Icoaraci, Belém (Pa). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Brasil. Belém-PA, 103p.

RESUMO

Introdução: O significativo aumento do número de pessoas idosas em escala mundial e no Brasil nos obriga a enfrentar novas preocupações e desafios. Nesse contexto a população carcerária idosa também sofre impacto, notadamente na região Amazônica. **Objetivo:** Identificar as perspectivas de pessoas idosas privadas de liberdade em uma instituição prisional na Amazônia Oriental, Distrito de Icoaraci, Belém (Pa). **Método:** Trata-se de estudo descritivo, exploratório, transversal quanti-qualitativo (misto), realizado com detentos na condição de pessoas idosas lotadas em uma Instituição Prisional. A amostra foi composta por 22 pessoas idosas em cumprimento de pena em regime fechado. Os dados foram coletados utilizando os seguintes instrumentos 1) questionário Biopsicossocial e 2) entrevista semidirigida, composta de questões elaboradas pelo pesquisador. **Resultados:** No tocante ao perfil biopsicossocial, como dados relevantes, verifica-se a igualdade de pessoas idosas casadas e solteiras; predominância de primeira passagem pelo sistema penal, condenação por crimes de natureza sexual, tornando a duração das penas alta, presença em maioria, da religião evangélica, sem renda fixa, com algum tipo de problema de saúde anterior ao ingresso no sistema penal; foi relatado que existem preocupações com segurança em 95,45% da amostra e que apenas 22,73% se sentem seguros. No tocante às entrevistas, os achados revelaram que 63,64% não realizam nenhuma atividade socioeducativa e que 90,91% não possuem nenhuma atividade laboral; demonstrou-se que 63,64% da amostra possui regularidade no recebimento de visita, no entanto, em outra variável, 79,22% relataram ter havido quebra de vínculo familiar; 100% da amostra relatou perspectiva de uma vida normal após o cumprimento de pena; 90,91%, relataram sensação de plena capacidade de realização de planos ao serem colocados em liberdade; observou-se também que, em todos os relatos, a instituição prisional ensinou algo. **Conclusão:** Considerando os achados, conclui-se que o ambiente carcerário colabora para perda de qualidade de vida é intensificador do processo de envelhecimento do grupo analisado que, a depender de boas práticas de gestão prisional mais adequadas a essa população, a exemplo de separação das pessoas idosas dos demais detentos e a disponibilidade de cuidadores aos mais necessitados essa realidade pode ser amenizada. E por fim, acredita-se que por difusão de práticas exitosas no tratar com pessoas idosas institucionalizadas em ambiente prisional, estas venham a se tornar políticas públicas de maior proteção e suporte à saúde física e mental deste público. Sugere-se incluir em normativas do sistema penitenciário, direitos voltados às pessoas idosas em cumprimento de pena, garantido assim, melhor qualidade de vida.

Palavras-chave: Pessoa idosa; Prisão; Perspectivas.

Freitas Junior, L. F. S. (2023). Perspectives of elderly people deprived of liberty in a penitentiary institution in the Eastern Amazon, District of Icoaraci, Belém (Pa). Doctoral thesis. Graduate Program in Theory and Research of Behavior, Federal University of Pará, Brazil. Belém-PA, 103p.

ABSTRACT

Introduction: The significant increase in the number of elderly people worldwide and in Brazil forces us to face new concerns and challenges. In this context, the elderly prison population is also impacted, notably in the Amazon region. **Objective:** To identify the perspectives of elderly people deprived of liberty in a prison institution in the Eastern Amazon, District of Icoaraci, Belém (Pa). **Method:** This is a descriptive, exploratory, quantitative-qualitative (mixed) cross-sectional study, carried out with elderly inmates living in a Prison Institution. The sample consisted of 22 elderly people serving a prison sentence. Data were collected using the following instruments 1) Biopsychosocial questionnaire and 2) semi-structured interview, composed of questions prepared by the researcher. **Results:** Regarding the biopsychosocial profile, as relevant data, there is equality of married and single elderly people; predominance of first-timers through the penal system, conviction for crimes of a sexual nature, making the length of sentences long, presence in the majority of the evangelical religion, without fixed income, with some type of health problem prior to entering the penal system; it was reported that there are safety concerns in 95.45% of the sample and that only 22.73% feel safe. Regarding the interviews, the findings revealed that 63.64% do not carry out any socio-educational activity and that 90.91% do not have any work activity; it was demonstrated that 63.64% of the sample had regular visits, however, in another variable, 79.22% reported having broken family ties; 100% of the sample reported the prospect of a normal life after serving their sentence; 90.91% reported a feeling of full capacity to carry out plans when released; It was also observed that, in all reports, the prison institution taught something. **Conclusion:** Considering the results, it is concluded that the prison environment contributes to the loss of quality of life and intensifies the aging process of the group analyzed, which depends on good prison management practices that are more appropriate for this population, such as separating people of the other inmates and the availability of caregivers to those most needed, this reality can be alleviated. And finally, it is believed that the dissemination of successful practices does not deal with elderly people institutionalized in a prison environment, these become public policies for greater protection and support for the physical and mental health of this population. It is suggested to include in the regulations of the penitentiary system, specific rights for elderly people serving their sentences, thus guaranteeing a better quality of life.

Keywords: Elderly; Prison; Aging Process. Perspectives.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 A instituição penitenciária segundo a abordagem ecológica do desenvolvimento humano de bronfenbrenner.....	39
Figura 2 Centro de Recuperação de Condenados de Icoaraci – CRCI, Distrito de Icoaraci, Belém, Pa.	42
Figura 3 Imagens de Satélite do Centro de Recuperação de Condenados de Icoaraci – CRCI.	42
Figura 4 Rapport em Grupo Focal com os Idosos em Privação de Liberdade.....	44
Figura 5 Entrevistas Individualizadas	45
Figura 6 Adaptação e Segurança na Casa Penal	54
Figura 7 Dificuldades Iniciais da Reclusão	55
Figura 8 Sensação de Segurança	55
Figura 9 Comportamento para se manter seguro.....	56
Figura 10 Comportamentos que ajudam pessoas idosas a passar o tempo na prisão	58
Figura 11 Atividades socioeducativas ou de trabalho realizadas por pessoas idosas domiciliadas na instituição	59
Figura 12 Processo de envelhecimento no contexto prisional.....	63
Figura 13 Frequência de visitas a pessoas idosas	64
Figura 14 Aspectos dos relacionamentos de pessoas idosas após ingressarem na instituição penitenciária	65
Figura 15 Perspectiva de envelhecimento das pessoas idosas institucionalizadas em uma instituição penitenciária no estado do Pará	68
Figura 16 Aprendizados relatados pelos detentos de uma instituição prisional do estado do Pará.....	73

Figura 17 Aprendizados relatados pelos detentos de uma instituição prisional do estado do

Pará.....73

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Descrição dos dispositivos legais que retratam a pessoa idosa no cenário brasileiro.	24
Tabela 1– Distribuição de frequência das variáveis biopsicossocial das pessoas idosas participantes do estudo.....	500
Tabela 2 – Razões de não participarem de atividades socioeducativas e/ou trabalho.	599
Tabela 3 – Motivos da ausência das visitas aos detentos de uma instituição prisional no estado Pará.	666
Tabela 4 – Relatos de pessoas idosas quanto a capacidade de realização de seus sonhos em uma instituição prisional no estado do Pará.	699

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	Erro! Indicador não definido.
CAPÍTULO I	15
Norteadores Teóricos e Empíricos.....	15
1.1. O Desenvolvimento Humano e o Envelhecimento	16
1.1.2 A Penitenciária Enquanto Instituição nas Ciências Criminais e seus Contrastes a Conjuntura Brasileira	20
1.1.3 A Necessidade De Evidenciação Institucional da Pessoa Idosa no Ambiente Penitenciário Brasileiro e a População na Conjuntura Amazônica Oriental, no Estado do Pará.....	23
1.1.4 A Pessoa Idosa e o Cárcere na Literatura	30
1.2 A Ecologia do Desenvolvimento Humano na Perspectiva do Cárcere	33
CAPÍTULO II	41
2. MÉTODO	41
3. OBJETIVOS	41
3.1 Gerais	41
3.2 Específicos	41
3.3 Local e Participantes	41
3.4 Instrumentos	43
3.3 Procedimento	43
3.5. Análise de dados.....	46
CAPÍTULO III	47
RESULTADOS E DISCUSSÃO	47
4.1 Características Biopsicossociais de Pessoas Idosas.....	47
4.2 Análise do Cotidiano, Identificação de Sentimentos e Perspectivas de Futuro de Pessoas Idosas	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS	78
APÊNDICES	85
Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	85
Apêndice B – Perfil Biopsicossocial	87
Apêndice C – Entrevistas dos detentos participantes do estudo	88
ANEXOS	99
Anexo A - Parecer consubstanciado do Conselho de Ética em Pesquisa (CEP).....	99

INTRODUÇÃO

A curiosidade e a busca pelo conhecimento em conjunto com a realidade e o dia a dia da população brasileira, em especial da paraense, tem me norteado como Membro do Ministério Público do Estado do Pará e pesquisador. Nessa linha, sempre me vi envolvido com populações menos favorecidas, até mesmo esquecidas pelo Poder Público e pela própria sociedade. Entre esses grupos, percebi que as pessoas idosas, apesar de maior notoriedade na atualidade, ainda merecem maior atenção. Por outro lado, existe um outro grupo, ainda mais vulnerável, que não pode mais passar despercebido, o das pessoas que cumprem pena em estabelecimentos prisionais.

Nesse contexto nasceu o interesse acadêmico por estudos acerca de condições e perspectivas de pessoas idosas encarceradas. Esse estudo deve-se a diversas motivações, seja no panorama de conhecimentos científicos, no qual exerce ainda um ineditismo importante diante de uma ainda escassa produção nacional e internacional sobre a temática que abordam pessoas idosas no cárcere, bem como na eterna insatisfação pessoal de saber que tal população, a pessoa idosa em situação de reclusão em uma instituição penitenciária, ainda sofre por mazelas de toda ordem.

Esse entendimento cada vez me levou a inquietações de como as perspectivas de uma pessoa idosa se entrelaçam com o ambiente do cárcere. Verificamos que esse caminho, por meio de uma pesquisa de campo poderia ser trilhado, considerando que nossa região, por suas dimensões continentais e diversificada, já desperta um grande desafio.

Na busca por apoio na pesquisa, encontramos o Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal do Pará (PPGTPC/UFPA) que há tempo trabalha com pessoas idosas em diversas perspectivas na região Amazônica. Nesse programa, chama atenção o Laboratório de Estudos de Desenvolvimento (LED/PPGTPC/UFPA) que desde o ano de 2008 realiza pesquisas sobre desenvolvimento humano em contexto amazônico urbano e rural. Atualmente, seus projetos são desenvolvidos em contextos variados: instituições de acolhimento para crianças e adolescentes, escolas, comunidades ribeirinhas, entre outros. É composto por pesquisadores-orientadores e estudantes de graduação, mestrado e doutorado, preocupados em conhecer as particularidades do desenvolvimento humano, em especial de crianças que nasceram e estão crescendo nessa região. O estudo de pessoas idosas, apesar de mais recente, também se insere como uma importante frente científica, sensível às modificações

dos perfis populacionais e epidemiológicos no Brasil, e cumpre com os mesmos objetivos gerais do LED.

Dentre eles, destaca-se o ato de investigar a ecologia do desenvolvimento humano nos diversos subsistemas presentes no contexto amazônico, do mais imediato ao mais remoto, no sentido de revelar aspectos da vida que nele vivem. Com os resultados desse estudo almeja-se colaborar não só para o aprimoramento do estado da arte no campo da teoria comportamental, mas também para uma maior visibilidade desse público tipicamente amazônico que cumpre pena, considerando que são ainda pouco abordados pela comunidade científica e ocultos para o estado. Nota-se que o caminho do conhecimento sobre essa temática em contexto do cárcere, em especial naqueles tipicamente amazônicos, ainda é uma lacuna na literatura científica.

CAPÍTULO I

Norteadores Teóricos e Empíricos

Historicamente a investigação acerca do ser humano foi objeto de constantes inquietações, daí o surgimento da psicologia como ramo das ciências humanas que possui enquanto preocupação tal objeto, mediante seus diversos desdobramentos, cada qual com suas definições e áreas específicas, onde o ser humano é avaliado a partir de suas distintas conotações, como ações, sentimentos, comportamentos em relação aos seus aspectos individuais, sociais, biológicos, e por conseguinte, seu desenvolvimento enquanto sujeito social (Bryson, 2020).

Assim, desde a concepção, tem início nos seres humanos uma transformação que continuará até o final de sua vida, a qual é chamada de desenvolvimento humano. Este é um processo que dura a vida toda, conceito conhecido como desenvolvimento do ciclo da vida (Papalia et al., 2013). Assim, nas palavras de Piletti et al., (2014) orientados por inúmeras determinações ao longo de sua vida, o humano continuamente transforma sua natureza através de suas atividades e condições de vida, consequentemente criando e recriando a si mesmo e a seus semelhantes.

A psicologia do desenvolvimento pode ser entendida como uma área de conhecimento que se interessa pelas mudanças constituídas ao longo da vida humana e que busca explicar os fatores que as produzem, procurando compreender como, por que e para que as pessoas mudam (Piletti et al., 2014). Para Mota (2005), trata-se da investigação por meio do contexto sócio-histórico de inúmeras condições, como condições cognitivas, afetivas, biológicas, sociais, internas ou externas ao indivíduo, as quais influenciariam o desenvolvimento do ser humano ao longo de sua vida.

Para Biaggio (2003), a psicologia do desenvolvimento teria como inquietação não as mudanças comportamentais em razão de processos temporais, mas as mudanças resultantes dos processos intra-organísmicos, e de acontecimentos ambientais, os quais resultam em mudanças de comportamentos como um objeto próprio, a saber: interesse pelas mudanças no comportamento durante um tempo longo (compreensão de ciclo); foco em mudanças de comportamento em períodos de transição rápida e instabilidades; e foco na mudança ao longo de todo ciclo da vida humana, da tenra infância à velhice.

Assim, na atualidade é vista uma forte tendência por tracejar o desenvolvimento humano ao longo de toda a vida, envolvendo por exemplo, a velhice, numa ruptura com a visão

tradicional. Nesse direcionamento a concepção de que o desenvolvimento deve se restringir apenas a determinadas faixas etárias tidas como “universais” (Piletti et al., 2014) sofreu uma relativização. Estudos restritos apenas à infância e juventude cedem cada vez mais espaço aos estudos que contemplam o ciclo da vida como um todo, nos seus diferentes momentos e etapas, em especial a velhice, pois a pessoa idosa, de acordo com esse entendimento, também é um ser em desenvolvimento.

1.1.O Desenvolvimento Humano e o Envelhecimento

Por mais que se situe em cenário de periferia mundial, comparado aos países de grande capital monetário, a população brasileira, assim como nos ditos “países desenvolvidos”, está envelhecendo. Demograficamente, em razão do ingresso da coorte dos *babies boomers* em sua última fase da vida (*Elderly Boomers*), e da redução de óbitos em sujeitos de idades mais avançadas, a expectativa para o futuro é a de crescimento, a taxas elevadas, da população idosa e muito idosa (Camarano, 2007).

Esse fenômeno é notável no Brasil, onde a população com 65 anos ou mais tem aumentado, com previsão de crescimento de 7,7% em 2020. Sob outra ótica, a perspectiva de vida do brasileiro, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2013, subiu para 74,9 anos, representando uma enorme oposição aos conjuntos de dados estatísticos de anos anteriores (IBGE, 2022).

Os Censos demográficos antigos mostram que em 1950, a expectativa de vida do brasileiro era de apenas 43,3 anos de vida. Em decorrência do surgimento de novos sentidos e problemáticas acerca das fragilidades físicas e mentais ocasionadas por questões naturais na maior idade, emergiu-se a necessidade de um olhar maior a questão do envelhecimento populacional. A mortalidade infantil, a diminuição de mortes de adultos por doenças infecciosas e a redução da taxa de natalidade têm gerado esse fenômeno (Vanzella, 2020).

A ascensão do desenvolvimento econômico no século XIX passou a exigir maior qualificação ao trabalhador, resultando em um maior tempo de profissionalização. Em contraposição, a classe trabalhadora deveria ter uma expectativa de vida maior, visto que a baixa expectativa de vida resultaria em prejuízo ao empregador que realizou um investimento em capacitações ao empregado, o que acabou gerando uma melhor expectativa de vida, refletindo diretamente em melhores condições físicas e psicológicas à população do país que se encontra na faixa etária idosa (da Rocha, 2018).

O fruto de uma sociedade progressivamente mais abstrusa transformou a velhice em um acontecimento não apenas biológico, mas essencialmente social, determinando uma nova perspectiva diante da existência humana, em particular, de sua expectativa de vida como circunstância fundamental à vida do sistema em etapa de afirmação (Ramos, 2017).

Já no século XX, a velhice sofreu um processo de desvalorização com uma estreita ligação com a improdutividade, por causa de uma repulsa biológica e de uma sutil rejeição. Assim, na história humana, é possível observar que a forma como a velhice é vista altera-se a cada novo momento da humanidade, a cada etapa de vida do indivíduo (Birman, 1994).

De acordo com Dias (2005), houve uma época em que a construção e a representação social da velhice assumem características ligadas à dependência e à segregação: aos velhos eram reservados somente cuidados, serviços e lazer; aos novos, trabalho. No entanto, essa leitura passou por modificações.

De acordo com dados epidemiológicos, a maioria das pessoas idosas não deixa de ter mobilidade para atividades básicas do cotidiano (Camarano, 2002; Alves, 2019). Além disso, para melhor compreensão do tema, entende-se essencial a investigação acerca do processo de envelhecimento, a velhice e o conceito de pessoa idosa. Em síntese, o envelhecimento seria um processo, a velhice, uma etapa da vida, e a pessoa idosa, o resultado e o sujeito daqueles (Papaléo Netto, 2002).

O cenário de progressão do envelhecimento populacional e as baixas taxas de natalidade acabaram por gerar uma carência analítica, gerando a construção de novos caminhos antropológicos, sociológicos e psicológicos acerca do desenvolvimento humano. Em razão disso, abandonou-se a concepção de desenvolvimento humano enquanto produto, e a psicologia do desenvolvimento passou a ocupar o lugar de investigação dos processos que atravessam o curso da vida do indivíduo.

A população envelhece em forma de processo. O homem envelhece por meio de transformações ocorridas ao longo de sua história, porque ele está situado em um tempo e em um lugar. Sob esta ótica se construiu o estudo da psicologia do desenvolvimento, tendo como objeto de inquietação o desenvolvimento ao longo da vida (*life-span*) (P. B. Baltes, 2019).

Tal questão se destaca pelas perspectivas de Baltes e Baltes (1990), os quais compreenderam o envelhecimento como um processo ininterrupto, de múltiplas dimensões e direções de caminhos que são influenciados por questões genético-biológicas e socioculturais, de origem normativa e não-normativa, partindo da perspectiva do desenvolvimento através do

paradigma de desenvolvimento ao longo de toda a vida (*life-span*), do modelo de seleção, otimização e compensação, de investigações acerca da plasticidade da inteligência na vida adulta e na velhice, e de estudos interdisciplinares sobre a velhice avançada.

É a compreensão que o processo de envelhecimento é marcado por uma lógica antagônica de perdas e ganhos e por sua interação com a cultura e suas dimensões e ordens das influências, as quais funcionariam como uma ordem contínua, de muitas dimensões e direções guiadas por questões genético-biológicas e socioculturais de origem normativa e não normativa (Neri, 2006).

A ascensão das causas que comprometem o desenvolvimento humano e o envelhecimento possui uma relação concorrente a existência de recursos financeiros nas diferentes etapas da vida, seja na infância seja na capacidade de mantimento na vida adulta, seja na capacidade de resiliência em meio às perdas resultantes da fase idosa.

Essa lógica encaminhou Baltes e Baltes (1990) a construir a chamada teoria de Seleção, Otimização e Compensação (teoria SOC), a qual partia do entendimento onde os ganhos e as perdas evolutivas resultariam da interação entre os recursos financeiros do sujeito com os recursos apresentados pelo ambiente, em um comportamento de interdependência.

Segundo Neri (2017), ao discorrer sobre o paradigma *life-span* expôs que:

[...] o desenvolvimento e o envelhecimento são analisados como: Uma sequência de mudanças previsíveis, de natureza genético-biológica, que ocorrem ao longo das idades e, por isso, são chamadas de mudanças graduadas por idade; uma sequência previsível de mudanças psicossociais determinadas pelos processos de socialização a que as pessoas de cada coorte estão sujeitas e que, por isso, são chamadas de influências graduadas por história; e uma sequência não previsível de alterações devido à influência de agendas biológicas e sociais e que, por isso, são chamadas de influências não normativas. Concluindo, as três classes de influências – normativas graduadas por idade, normativas graduadas por história e não normativas – atuam de forma concorrente na construção de regularidades e de diferenças individuais nas trajetórias de vida. Essa construção é mediada pelas instituições, pelas redes de relações sociais e pela subjetividade [...].

Ao lado do conceito de processo de envelhecimento, existe o conceito de velhice como etapa de vida. Antes de adentrar no conceito, sinaliza-se que conforme a Organização Mundial

da Saúde sob critério cronológico de idade, considera-se pessoa idosa o ser humano com a idade de 60 anos ou mais, em países em desenvolvimento, e com 65 anos ou mais, em países desenvolvidos (WHO, 2022). Essa definição é necessária para orientar o leitor acerca do ser humano que será investigado como critério à coleta de dados em campo, visto que como tecido em momento anterior, a velhice transformou-se em uma questão social relevante, pois tem impactos no destino de uma sociedade.

Dito isto, Ramos (2014) afirma que para melhor entender a velhice é necessário compreendê-la na perspectiva cronológica ou censitária, burocrática, fisiológica, psicológica ou subjetiva.

A velhice cronológica é aquela meramente formal: aquele que alcança um determinado patamar é identificado como velho. A velhice burocrática guarda relação com a idade em que a pessoa idosa possui direito a se aposentar. A fisiológica pode ser associada à fragilização decorrente do passar dos anos, aquela que tem a ver com o enfraquecimento do organismo (Fries & Pereira, 2011; Dagostini et al., 2018).

A velhice subjetiva envolve uma maior complexidade devido às especificidades de cada indivíduo, portanto não possui parâmetros fixos. Na etapa da velhice, ocorre a diminuição normativa dos níveis de alerta e da intensidade das respostas emocionais, com o aumento da seletividade funcional. As emoções são menos intensas, moduladas, contrastantes e nítidas aos olhos observadores e mais compatíveis com os recursos biológicos de pessoas idosas (Neri, 2006).

Os velhos são um contingente em crescimento que merece ser visto com atenção pelo Estado. Com efeito, a pessoa idosa, antes de ser uma representação social, é um sujeito de direitos próprios dessa fase da vida. Com isso, a pessoa idosa não passa mais despercebida (V. S. Gomes, 2020). Logo, faz-se necessário compreender essa faixa etária tão valiosa da sociedade e, na medida certa, definir valores que ao mesmo tempo reconheçam sua importância social e garantam-lhe proteção e direitos, sobretudo no ambiente penitenciário, espaço de difícil acesso e invisibilizado mediante ordem pública.

Isto posto, considerando que o trabalho explora as perspectivas de seres humanos privados em uma instituição penitenciária brasileira, torna-se indispensável observar a penitenciária enquanto instituição a partir da disciplina que regula tal entidade, isto é, a partir das perspectivas elaboradas pelas ciências sociais e criminais, a contrastando a realidade brasileira.

1.1.2 A Penitenciária Enquanto Instituição nas Ciências Criminais e seus Contrastes a Conjuntura Brasileira

Compreender a penitenciária enquanto instituição é tarefa árdua, visto a não linearidade dos acontecimentos e disputas das narrativas históricas (Jenkins, 2001). Neste contexto, a história torna-se história problema, onde o questionar firmado na interdisciplinaridade possibilita desvelar estes espaços como incentivadores de desenvolvimento humano mediante suas imposições de normas internas, e consentimento dos sujeitos institucionalizados a estes “compromissos”.

As instituições foram objeto recorrente das inquietações sociológicas, a exemplo das investigações que, ainda no século XVIII, já se dedicavam aos estudos sobre os estabelecimentos públicos e privados, identificando-os como propulsores da ordem coletiva (Durkheim, 2007).

No entanto, as penitenciárias vieram ocupar as preocupações sociológicas somente ao final da década de 60, doravante “estado providência”, com a compreensão assistencialista, a qual o estado deveria fornecer às condições mínimas de “bem-estar social” à população, e crise da justificação das penas, oriunda de denúncias das condições dadas aos custodiados nas “Workhouses” e/ou “Poorhouses”, a qual as prisões deveriam fornecer condições essenciais aos reclusos, originando um paradigma nas ciências criminais integrando-as a outras áreas do saber, como a psicologia e sociologia, constituindo o ambiente institucional prisional como local de ressocialização mediante o exercício de confinamento e estabelecimento institucional de regras (Garland, 1999).

Observando as regras institucionalmente produzidas nos espaços prisionais, Goffman identifica o ambiente penitenciário como espaço de interferência orgânica, caracterizando a prisão como um terceiro tipo de instituição total, ponderando que as instituições prisionais ao realizarem o confinamento do indivíduo, provocam uma ruptura em sua rotina comportamental, sujeitando-o a cumprir ordens e eliminando conseqüentemente a casualidade de suas condutas (Goffman, 1961). Para Foucault (2008), essa característica institucional se materializa mediante uma lógica disciplinar, a qual, a partir da distribuição dos indivíduos ao espaço controlado, elimina-se a subjetividade, transformando-o em um corpo domesticado.

As perspectivas institucionais de Goffman (1961) e Foucault (2008) trouxeram grandes contribuições à compreensão institucional penitenciária ocidental pós-welfarismo penal e estabelecimento da punição como elemento ressocializante. Ao realizar sua investigação

material acerca do castigo, os autores Rusche & Kirchheimer (2004) reconhecem no assistencialismo prisional algum progresso, tendo em vista a observância do fornecimento de condições essenciais aos sujeitos reclusos nas instituições penitenciárias, como a promoção do direito à saúde.

Destaca-se que os autores notam dificuldades em constatar os impactos promovidos nesta época, uma vez que a arquitetura das prisões eram as mesmas do passado, interferindo indiretamente nas condições sanitárias e no fornecimento de condições essenciais aos sujeitos institucionalizados (Rusche & Kirchheimer, 2004).

No entanto, por mais que a história ocidental do castigo moderno construa funções para as instituições penitenciárias, a criminologia crítica latino-americana evidência que a realidade institucional carcerária ao sul possui função diversa das artimanhas dos países ao norte global, exercendo não a domesticação e docilização para produção de proletários perfeitos por meio da fábrica, como as “workhouses”, mas uma política de criminalização do excedente de mão de obra, gerando o encarceramento em massa da população menos abastada, e sua eliminação por meio de motins (Batista, V. M. 2011).

Por sua vez, ao investigar a questão, Carvalho (2020) observa que o cenário nacional não deve ser analisado sob os ideais do welfarismo penal, uma vez que a ambiência de “bem-estar social” nunca predominou nas instituições penitenciárias brasileiras.

Logo, as perspectivas das teorias justificacionistas, em parte, não servem à realidade brasileira, visto que a experiência carcerária no país é oposta, não servindo a pena para domesticar ou ressocializar, mas tão somente retribuir, ou simplesmente retirar um indivíduo da sociedade.

Além disso, analisar a realidade penitenciária brasileira sob perspectiva historiográfica do século XIX e XX, como tece Rusche & Kirchheimer, Foucault, Goffman, Garland, e demais autores ao norte, também evidencia seus contrastes, visto que ao sul, sobretudo no Brasil, há inconsistências estatísticas acerca de dados historiográficos da questão penitenciária nos últimos 100 anos, impossibilitando analisar a punição a partir da realidade fática mediante a materialização da dor no ambiente institucional prisional pátrio (Pavarini e Giamberardino 2018).

Quanto ao dado, observa-se que Batista (1990) descreve que até o final do século XIX a privação institucional da liberdade era uma condição acessória, sendo a punição, o escravismo interno e os suplícios. Relativamente, Sales (2021) ao investigar a origem do autoritarismo

processual penal no Brasil, consegue evidenciar esta particularidade ao investigar a legislação processual penal de 1890, observando a criminalização de condutas como a prática da capoeira, atividade geralmente realizada por povos de matriz africana.

Normativamente, em âmbito nacional notam-se tentativas legislativas de alcançar nacionalmente as propostas inferidas pelo welfarismo penal, como o que estabelece a Lei de Execuções Penais de 1984, ao regular e constranger o cumprimento da pena no ambiente institucionalizado em seu capítulo “da assistência”, que institui o apoio material, jurídico, educacional, social, religioso e à saúde do sujeito institucionalizado em uma instituição penitenciária brasileira (Brasil, 1984).

Contudo, a história recente das prisões demonstra a recorrência do fracasso a tais tentativas de afirmações justificacionistas. No ano de 1992, dois anos após o estabelecimento da Lei de Execuções Penais, o país vivenciava o massacre na Casa de Detenção de São Paulo “*Carandirú*”, evento histórico com o total de 111 sujeitos institucionalizados mortos durante rebelião oriunda de denúncias por melhores condições no ambiente institucional das prisões (Varella, 2005).

Em 2003, 11 anos após o acontecimento, foi estabelecido o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, que buscava introduzir o Sistema Único de Saúde às instituições penitenciárias nacionais de maneira integral à população custodiada de todos os gêneros e espécies de pena (de Andrade Batista et al., 2019). No entanto, 1 ano após o estabelecimento do PNSSP, uma instituição penitenciária era novamente cenário de barbárie com a chacina da Casa de Custódia de Benfica, no estado do Rio de Janeiro, com o total de 30 sujeitos institucionalizados mortos durante a rebelião por ausência de capacidade interna na cela.

Em 2008, 5 anos após a chacina, foi realizada na Câmara de Deputados a chamada “CPI do Sistema Carcerário”, a fim de promover melhorias nas instituições prisionais para melhor consecução do institucionalizado. Apesar disso, as propostas promovidas pela CPI foram arquivadas, e no ano de 2010, dois anos após a realização da comissão, o sistema penitenciário foi cenário de mais um massacre, com 18 sujeitos institucionalizados mortos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no estado do Maranhão (dos Deputados, 2008).

Para além dos morticínios, também observa-se um crescimento populacional nas instituições penitenciárias do País. Em 22 anos a população carcerária brasileira aumentou 275%, alcançando este ano o número de 644.305 mil seres humanos penitenciados em todos os regimes (SENAPEN, 2023).

Além disso, 67,78% da população das instituições penitenciárias do país é composta por jovens do sexo masculino, de predominância racial negra, conforme os critérios adotados pelo IBGE, sendo a população preta 17,03%, e parda 17,03%, com ausência ou não conclusão de escolaridade, e que se encontram na linha da pobreza (SENAPEN, 2023).

Dito isto, identificadas as particularidades das instituições carcerárias brasileiras a partir do direito e de dados documentais, entende-se como necessário ir além, tendo em vista as particularidades dos seres humanos selecionados para a coleta de dados em campo. Assim, torna-se imprescindível identificar, ainda que documental e bibliograficamente as particularidades do sistema penitenciário brasileiro a pessoas idosas.

1.1.3 A Necessidade De Evidenciação Institucional da Pessoa Idosa no Ambiente Penitenciário Brasileiro e a População na Conjuntura Amazônica Oriental, no Estado do Pará.

Mediante o conhecimento dos contrastes das instituições penitenciárias brasileiras em face das justificativas construídas e atreladas às instituições dos países desenvolvidos a fim de justificar o poder de punir estatal, observa-se que conforme o relatório da Secretaria Nacional de Políticas Penais do 1º semestre deste ano, o Brasil possui 12.409 pessoas acima de 60 anos de idade, isto é, na fase da velhice, privadas de liberdade em instituições penitenciárias estaduais (SENAPEN, 2023).

Considerando a realidade carcerária brasileira tendo em conta os dados documentais e bibliográficos expostos no tópico anterior, observa-se que a fase da velhice implica particularidades intrínsecas à idade, como maior propensão ao desenvolvimento de doenças, perda de autonomia, e do convívio com familiares, o que gera a necessidade de conhecer as perspectivas desses seres humanos.

Em vista disso, na literatura, ao estudar a pessoa idosa em ambiente institucionalizado a partir da realidade dos estabelecimentos assistenciais como casas de repouso, retrata-se a manifestação de estados depressivos durante separação dos sujeitos de seus ambientes habituais, e encaminhamento destes à internação (Cardão, 2009). Igualmente, por meio de seu estudo sobre as condições de asilamento e institucionalização da velhice, salienta que para a pessoa idosa, abandonar seu lar, espaço carregado de vivências e memórias, e ingressar em uma instituição, sempre é um processo traumático (Mendonça et al., 2020).

Trazendo a questão à realidade institucional penitenciária, observa-se que os seres humanos que se encontram na velhice são inseridos socialmente como uma inconveniência,

uma vez que pela lógica mercadológica de produtividade, a pessoa idosa não mais possui uma função social, sendo tão somente um sujeito não produtor, e tendo como resultado a ausência de normas que evidenciam a pessoa idosa no sistema, como um estatuto que não discute o tratamento da pessoa idosa na instituição prisional, uma política de saúde prisional que esquece das especificidades do tratamento destes sujeitos, e uma lei de execução penal que apenas dedica atenção à população em três previsões (Ghiggi, 2020).

Entrelaçando a perspectiva bioecologia do desenvolvimento humano, a ausência de assistência social por parte de políticas públicas implica confiança ou estresse das relações dos indivíduos, e o olhar sobre as vulnerabilidades da pessoa idosa implica amenização dessa situação e melhor resiliência diante das intercorrências da vida (Andrade, 2020).

Logo, a promoção de projetos direcionados a população carcerária que se encontra na velhice implicaria em maior confiança e amenização das vulnerabilidades inerentes à fase.

Tendo em vista que iremos investigar em campo seres humanos que se encontram privados de liberdade na velhice, é imprescindível analisar se para além das disposições normativas nacionais, o estado do Pará, região a qual foi selecionada para realizar a investigação, detém legislações direcionadas aos seres humanos participantes da pesquisa.

Assim, trazendo a questão à conjuntura Amazônica a partir do recorte da realidade oriental do estado do Pará, sabe-se que conforme o relatório do SENAPPEN, é declarado pelos meios oficiais que o estado do Pará possui atualmente 383 seres humanos acima de 60 anos de idade, isto é, 2,38% da população na velhice em privação de liberdade (SENAPPEN, 2023).

Buscando analisar a existência de disposições normativas destinadas aos seres humanos da pesquisa, observa-se que assim como observado ao sul do país por Ghiggi no ano de 2020, o Estado do Pará, situado ao norte do país, também carece de disposições normativas que dediquem a atenção especial a pessoa idosa no sistema penitenciário.

Quadro 1

Descrição dos dispositivos legais que retratam a pessoa idosa no cenário brasileiro.

DISPOSITIVOS LEGAIS	PREVISÃO
LEI DE EXECUÇÃO PENAL	Art. 32. Na atribuição do trabalho deverão ser levadas em conta a habilitação, a condição pessoal e as necessidades futuras do preso, bem como as oportunidades oferecidas pelo mercado. § 2º Os maiores de 60 (sessenta) anos poderão solicitar ocupação adequada à sua idade. Art. 82. Os estabelecimentos penais destinam-se ao condenado, ao submetido à medida de segurança, ao preso provisório e ao egresso. § 1º A mulher e o maior de sessenta anos, separadamente, serão recolhidos a estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal. Art. 117. Somente se admitirá o recolhimento do beneficiário de regime aberto em residência particular quando se tratar de: I - condenado maior de 70 anos.
Manual de Procedimentos Operacionais: normas e rotinas de segurança para unidades prisionais do Estado do Pará Fonte: SEAP-PA	AUSENCIA DE PREVISÃO
Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário	AUSENCIA DE PREVISÃO
Resolução nº 1 do CNPCP – Plano Diretor do Departamento Penitenciário Nacional	AUSENCIA DE PREVISÃO

Resolução nº 14 do CNPCP – Regras Mínimas para tratamento de presos no Brasil	Art. 7º. Presos pertencentes a categorias diversas devem ser alojados em diferentes estabelecimentos prisionais ou em suas seções, observadas características pessoais tais como: sexo, idade, situação judicial e legal, quantidade de pena a que foi condenado, regime de execução, natureza da prisão e o tratamento específico que lhe corresponda, atendendo ao princípio da individualização da pena. Art 18. O médico, obrigatoriamente, examinará o preso, quando do seu ingresso no estabelecimento e, posteriormente, se necessário, para: III – determinar a capacidade física de cada preso para o trabalho
Resolução nº 4 de 2001 – Dispõe a respeito do incentivo e da implementação da assistência ao egresso, através de patronatos públicos ou particulares	AUSÊNCIA DE PREVISÃO
Resolução nº 5 – Diretrizes para cumprimento das Medidas de Segurança	AUSÊNCIA DE PREVISÃO

Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária	Medida 5: e) Na aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, priorizar as gestantes, puérperas e idosas. Medida 7: As diferenças devem ser respeitadas para gerar igualdade de direitos. As questões de gênero; de orientação sexual e identidade de gênero; de deficiência; geracional; de nacionalidade; raça, cor e etnia, são vividas também no campo criminal e penitenciário, e não devem ser desconsideradas. É uma questão de acesso aos direitos e de gestão das políticas públicas.
Diretrizes para Arquitetura Prisional	Em termos de região (área de abrangência do estabelecimento penal proposto), é relevante apresentar informações, bem como suas fontes de obtenção, sobre: g) as estatísticas sobre a distribuição da população prisional por sexo, faixa etária, origem, grau de instrução, aptidão profissional e tipo penal praticado, com destaque para o perfil de condenações criminais da região. Conceituação e Classificação de Estabelecimentos Penais: b) estabelecimentos para pessoas idosas: estabelecimentos penais próprios, ou seções, ou módulos autônomos, incorporados ou anexos a estabelecimentos para adultos, destinados a abrigar pessoas presas que tenham no mínimo 60 anos de idade ao ingressarem ou as que completem essa idade durante o tempo de privação de liberdade.
Política Nacional do Idoso	AUSÊNCIA DE PREVISÃO
Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa	AUSÊNCIA DE PREVISÃO

Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento	AUSÊNCIA DE PREVISÃO
--	-----------------------------

Como ilustra o quadro 1, das onze disposições normativas levantadas que regem o tratamento institucional do recluso, somente quatro procuram especificar o tratamento da pessoa idosa e destes evidencia-se o “Manual de Procedimentos Operacionais: normas e rotinas de segurança para unidades prisionais do Estado do Pará”, documento normativo produzido pela SEAP em parceria com a Defensoria pública do estado do Pará, o qual trata do modo de execução de atividades assistenciais aos indivíduos institucionalizados, tampouco observa a pessoa idosa, partindo de uma perspectiva institucional penitenciária generalizada.

Diante dessa questão, observa-se que para além da psicologia, o direito, a partir da problematização do conceito voraz de dignidade da pessoa humana, consegue trazer respostas a ausência de atenção ao ser humano em privação de liberdade, seja na fase adulta seja na velhice.

O reconhecimento da dignidade da pessoa humana nasce de uma reação às atrocidades históricas pelas quais a humanidade passou ao longo do tempo, sobretudo pós segunda guerra mundial. Desta forma, discutir dignidade humana, e sobretudo a promoção de direitos fundamentais a determinada população, é considerar que além de um conceito, tais palavras representam lutas históricas, reações a conjuntos de violações praticadas contra a humanidade que, como contracondutas, isto é, uma afronta as estratégias arbitrárias exercidas pelo estado, se contrapõem a estas violações ao longo da história empreendendo direitos.

Entende-se que a pessoa idosa está perfeitamente enquadrada nessa conjuntura, tanto que é reconhecida, em âmbito nacional, a necessidade de proteção e de valorização da pessoa idosa, destacando-se, nesse ensejo, o artigo 230 da Constituição Federal de 1988.

Desta feita, em sentido formal/absoluto, isto é, normativo, firmado sob perspectiva de uma democracia liberal e burguesa, o ser humano teria dignidade porque é humano, e sendo humano, a dignidade seria uma qualidade inata, inerente à sua essência, transcendental (Nunes, L. A. R, 2002).

Todavia, tal afirmação torna-se controversa quando considerado que todos os seres humanos teriam experiências sociais idênticas, razão em que a dignidade humana atingiria todos de maneira universal a partir de seu reconhecimento enquanto ser humano. Quando

analisado o sentido em âmbito material, vislumbra-se seu desmoronamento, visto que as narrativas sociais evidenciam a recorrente inobservância a promoção de dignidade à pessoa, principalmente em campos onde já predominam limitações de direitos, como o penitenciário.

Analisando a humilhação como parâmetro de não autodeterminação como ser humano, conclui que o sentido absoluto de dignidade humana exigiria a pressuposição de um padrão específico de ser humano, eliminando participantes que possuem características diversas da qualidade exigível e ausência de capacidade para solucionar contrastes sociais e criar constrangimentos formais a fim de conter arbitrariedades estatais (Matos, S. M. M. 2019).

Observando tais incongruências acerca do sentido absoluto de dignidade humana, nota-se que ao traçar um olhar a partir das especificidades dos contrastes estruturais, se testemunha que há regiões que por se situarem distantes dos grandes centros econômicos, estão na sub-humanidade, como a África, Ásia e América-latina, sendo esquecidas do “resto do mundo”, não recebendo atenção das regiões de grande concentração de renda, (Krenak. A, 2020).

Problematizando o sentido absoluto de dignidade humana a partir da realidade amazônica, compreende que a região seria a periferia da periferia do neoliberalismo, uma região explorada e esquecida do resto do Brasil (Deluchey, J.F.Y e dos Santos, A.L.P. 2019).

Em atenção a isso, a ausência de políticas penitenciárias na região possuiria um caráter agravante. Tal questão é preocupante sob ponto de vista desta investigação, visto que o campo onde ocorrerá a coleta de dados se situa na Amazônia oriental, no estado do Pará, localizado no Brasil, América-latina.

Além disso, os seres humanos investigados na pesquisa se encontram na fase da velhice, que como já tratado neste trabalho, possui a implicação do senso comum de seres humanos decrepitos, doentes e senil, que não apresentam vantagens à sociedade devido não estarem mais aptos ao trabalho, o que induz a supor que os participantes investigados teriam uma experiência mais degradante que às dos outros domiciliados na instituição que se encontram na fase adulta. Também se observa que a partir do desvelamento do sentido de dignidade humana a partir da realidade fática, compreende-se que as implicações regionais de se estar em uma instituição penitenciária situada “a periferia da periferia do capitalismo”, traria uma experiência pior aos participantes da pesquisa, visto que o Brasil já é um país de realidade sub-humana, e a região amazônica, constantemente explorada, traria uma experiência pior em vista de sua posição diante dos grandes centros de concentração de riqueza. Dito isto, traçado os paradigmas que

giram em torno dos direitos da pessoa na velhice, cabe agora conhecer as perspectivas da velhice na psicologia.

1.1.4 A Pessoa Idosa e o Cárcere na Literatura

A população idosa possui, sob muitos aspectos, necessidades diferenciadas da população não idosa, fato que, obviamente, se reflete no interior das penitenciárias e, portanto, merece atenção. Alguns estudos já foram realizados pela perspectiva das peculiaridades das pessoas idosas, na tentativa de identificar particularidades dessa população quando de uma situação de exceção. Foram encontradas na literatura pesquisas envolvendo a pessoa idosa em situação de cárcere em língua portuguesa, a saber:

De acordo com Gomes e colaboradores (2020) ao estudarem o cárcere a partir de uma amostra de 11 pessoas idosas, sem distinção de sexo em casas penais do Estado da Paraíba - Brasil, com auxílio da técnica de saturação das informações, utilizaram-se um formulário sociodemográfico e entrevista semiestruturada, para coleta de dados. A análise do material coletado, foi realizado através da análise de conteúdo. O estudo enfatizou a saúde física das pessoas idosas em cumprimento de pena e, entre as conclusões, constatou-se que o significado do envelhecimento para pessoas idosas entrevistadas se relaciona a sentimentos de melancolia, angústia e constantes perdas, bem como à impossibilidade de qualquer tipo de desenvolvimento, com a dificuldade para exercer atividade laboral, diminuição do convívio familiar e os conflitos intergeracionais que geram perdas significativas em suas qualidades de vida.

Santos (2018) realizou um estudo com objetivo de explorar a situação das pessoas idosas encarceradas no sistema prisional do Estado do Ceará - Brasil, por meio da análise dos dados do Censo Penitenciário do Estado (2014). O estudo teve uma abordagem dos dados estatísticos e da saúde geral das pessoas idosas encarceradas. Nas conclusões, verificou-se que as características sociodemográficas observadas nas pessoas idosas muito se assemelham às da população geral do sistema prisional do Ceará. No aspecto das condições de saúde, observou-se uma significativa ausência de acesso aos serviços de saúde combinada a uma expressiva subnotificação, com abstenção quanto à presença ou não de doenças crônicas – entendida por Santos (2018) como mais um fator de vulnerabilidade daqueles indivíduos.

Lima (2018) estudou o cárcere a partir de 31 pessoas idosas que se encontravam em situação de cárcere no Estado da Bahia - Brasil, no período de março/outubro de 2017. Como metodologia foram utilizados quatro instrumentos: um questionário para coleta de dados nos

prontuários de saúde, de assistência social e de psicologia; entrevista semiestruturada; grupo focal e observação não participante com uso de diário de campo. Os dados coletados foram analisados a partir da mobilização do referencial teórico-metodológico da Memória Coletiva/Social e das Representações Sociais, com uso da técnica de Análise de Conteúdo, descrita por Bardin, na modalidade de análise temática. Para auxiliar no manuseio dos dados e na organização da análise de conteúdo temática, foi usada a ferramenta computacional de suporte para análise dos dados qualitativos NVivo, versão 11.0. As principais conclusões indicam que as pessoas idosas representaram a velhice como negativa e o fim da vida e a saúde associada à doença, à agressão ao corpo, a problemas de saúde, à piora e ao agravamento da saúde na prisão. Assim, a prisão, de acordo com o estudo, pode ser considerada como facilitadora do adoecimento e intensificadora do processo de envelhecimento.

Magalhães (2017) estudou o cárcere a partir de amostra de (01) uma mulher e (16) dezesseis homens, ambas pessoas idosas em cumprimento de pena privativa de liberdade em casas penas do Distrito Federal – Brasil. Como metodologia aplicou-se a triangulação metodológica, utilizando técnicas dos procedimentos quantitativos e qualitativos de natureza descritiva, exploratória e reflexiva, por meio de entrevista semiestruturada. O estudo teve uma abordagem da saúde em geral de pessoas idosas em situação de cárcere. Entre as conclusões, revelou-se que o sistema penitenciário não leva em conta as peculiaridades advindas do processo de envelhecimento nas penas privativas de liberdade, tais como necessidades médicas e assistenciais, instalações físicas adequadas, entre outras.

Melo e colaboradores (2016) exploram que o cárcere a partir de uma amostra de 05 (cinco) pessoas idosas do gênero masculino, em uma casa penal do Estado de Minas Gerais - Brasil. Como metodologia foram aplicados quatro testes¹ de avaliação funcional, cognitiva e adaptativa do processo de envelhecimento. O estudo teve uma abordagem da saúde em geral das pessoas idosas em situação de cárcere. O estudo concluiu que o sistema de cumprimento de pena fechado apresenta impacto maior sobre a saúde fisiopatológica e psicológica de pessoas idosas, culminando em maior vulnerabilidade a riscos e que, para promover qualidade de vida é fundamental desenvolver políticas públicas que permitam uma melhor inclusão social de pessoas idosas.

¹ Índice de Pfeffer; 2 – Miniexame do Estado Mental – MEEM, de Folstein adaptado por Brucki; 3 – Escala geriátrica de depressão e identificação de humor e 4 – Avaliação quantitativa e qualitativa de marcha, mobilidade e equilíbrio – *get up and go + timed up and go test*.

Wacheleski (2015) pesquisou de forma qualitativa o fenômeno carcerário de uma casa penal do Estado do Rio Grande do Sul - Brasil, a partir da triangulação de diferentes correntes teóricas e de distintas técnicas de pesquisa social. Participaram 10 (dez) pessoas idosas do sexo biológico masculino. O experienciado por pessoas idosas em situação de cárcere foi narrado por eles em entrevistas de roteiro aberto. Esse estudo teve uma abordagem social. Como conclusão, o estudo demonstrou que, para pessoas idosas, o cotidiano do cárcere possui significado social de perda, finitude de vida e desvalorização social.

Por sua vez dos Santos & Nogueira (2015) discorrem sobre o contexto do cárcere a partir de uma amostra de 25 (vinte e cinco) pessoas idosas, do gênero masculino em diversas casas penais de Portugal. O estudo se sustentou numa metodologia qualitativa, aplicando a Análise de Conteúdo, com entrevistas semidiretas. O estudo teve uma abordagem social e se valeu da teoria das representações sociais. Conclui-se que, para os entrevistados, a percepção de envelhecer está ligada a sentimentos de conotação negativa, de inutilidade, de desespero e de perdas constantes.

Fernandes (2016) analisou o contexto de cárcere a partir de uma amostra de 12 (doze) pessoas idosas em um Estabelecimento Prisional do Porto (Portugal), usando como metodologia a entrevista semiestruturada. Utilizando a teoria das representações, aquela pesquisa teve uma abordagem social e educacional. Como conclusão, o estudo demonstrou que o sistema prisional aproxima as faixas etárias, no entanto distancia a família e o mundo exterior. Em síntese, os estudos foram realizados nos 5 (cinco) estados do Brasil (Paraíba, Ceará, Bahia, Distrito Federal e Rio Grande do Sul e 2 (dois) em Portugal.

No Brasil, os estudos concentram-se na região Nordeste, deixando uma lacuna quanto às demais regiões. Ao examinar a produção científica sobre a condição da pessoa idosa encarcerado na literatura em língua portuguesa dos últimos dez anos, observaram-se poucos estudos com níveis de evidência relevantes. A maioria dos estudos selecionados utilizou como metodologia a entrevista semiestruturada, demonstrando eficácia de sua utilização, no entanto, com *n* reduzido e com uma abordagem social. Apenas um estudo fez uso de uma metodologia mais acurada, com testes de avaliação funcional, cognitiva e adaptativa (Fernandes, 2016).

Todos os estudos reforçam a ideia de que o sistema prisional é um ambiente insalubre e de que a pessoa idosa, em decorrência das dificuldades inerentes à idade, tem uma condição física e psicológica deficitária, enquanto lá permanece. Assim, a pessoa idosa encarcerada – bem com as demais pessoas que também se encontram encarceradas – estão expostas a uma

situação de alta vulnerabilidade, agravada em decorrência do peculiar processo de envelhecimento.

Nesse sentido, tomando como referência a proposta de Bronfenbrenner & Morris (1996), apontam que se torna necessário, no ambiente de cárcere, avaliar as relações existentes entre a forma que a pessoa idosa é tratada, as suas condições e as normativas que regem a matéria, bem como a relação com o ambiente físico e social desse sistema ecológico, de maneira a possibilitar melhor compreensão dessa particular fase do desenvolvimento humano, a velhice.

1.2 A Ecologia do Desenvolvimento Humano na Perspectiva do Cárcere

O desenvolvimento humano, de acordo com a teoria ecológica, pode ser compreendido como resultante das interações bidirecionais, tornando-se cada vez mais complexas, entre o sujeito biopsicologicamente ativo e o sistema ecológico humano (U. Bronfenbrenner & Morris, 1996).

Para uma abordagem cultural e contextual do desenvolvimento humano, esse processo é complexo e multideterminado, correspondendo a um sistema interativo, produzido pelo indivíduo e seu meio físico, social e cultural, tornando indispensável a análise do contexto de vida das pessoas, pois cada cultura e contexto em particular conduzem a diferentes processos de desenvolvimento (U. Bronfenbrenner, 2005).

Com a publicação do livro —*The Ecology of Human Development: experiments by nature and design*, Bronfenbrenner (1973) ressaltou a necessidade de se compreender o desenvolvimento humano no contexto, por meio da recíproca interação entre a pessoa e o ambiente.

Seu modelo teórico privilegia os aspectos saudáveis do desenvolvimento, os estudos realizados em ambientes naturais e a análise da participação da pessoa focalizada no maior número possível de ambientes e em contato com diferentes pessoas (Bronfenbrenner & Morris, 1996). Para esse autor, o desenvolvimento humano compreende um processo progressivamente complexo e multifacetado da interação mútua entre a pessoa e o ambiente. Nesse processo, a pessoa modifica o ambiente e é modificada por ele, constituindo influências bidirecionais e recíprocas. Para ser efetiva, a interação deve acontecer de forma regular, por um longo período.

Para Rosa e Tudge (2017), a teoria desenvolvida por Bronfenbrenner se estruturaria em três fases distintas. Contudo, a teoria acabou se modificando com o tempo, onde passou a se

reconhecer a transição de uma abordagem baseada no contexto, para uma abordagem a partir da observação das relações diárias.

Assim, entende-se que na primeira fase, denominada “Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano”, o autor acumulou alterações acerca das barreiras metodológicas das pesquisas da época. Defendeu-se que as investigações ocorressem nos ambientes onde os seres humanos vivem (Bronfenbrenner, 1979). Ainda nessa fase, o autor formulou definições relacionadas aos distantes níveis de contexto que exercem influências sobre o desenvolvimento humano.

Em seguida, Bronfenbrenner (1996) passou a entender o desenvolvimento humano em um determinado contexto. Para ele, o desenvolvimento ocorre por meio da interação recíproca entre as pessoas e entre pessoas e objetos, em diferentes ambientes dos quais participam direta e indiretamente.

O ambiente é interpretado topologicamente por Bronfenbrenner (1996), como arranjo de quatro estruturas interconectadas: microssistema – o ambiente no qual o indivíduo estabelece interações face a face –; mesossistema – a relação entre os microssistemas nos quais o desenvolvimento do indivíduo ocorre; exossistema – envolve os contextos dos quais o indivíduo não participa diretamente, porém que influenciam e são influenciados por ele, e o macrossistema – correspondente aos sistemas institucionais da cultura e da subcultura, como a economia, os sistemas político e social. Assim, a proposta do autor não é simplesmente sobre o ambiente ou contexto, mas sobre os sistemas ecológicos que incluem o desenvolvimento do indivíduo.

Segundo a definição apresentada por Bronfenbrenner (1979, 1996), microssistema é um padrão de atividades, papéis e relações interpessoais experienciados pela pessoa em desenvolvimento num dado ambiente com características físicas e materiais específicas. Trata-se, portanto, de um ambiente ou local onde o indivíduo pode estabelecer interações face a face, por exemplo: a família, a escola, a creche, a universidade, a instituição, a depender da situação de vida de cada um. É levada em consideração a realidade não como ela é, mas como é percebida pelas pessoas. Conforme aponta Bronfenbrenner (1979, 1996) em sua definição, o microssistema possui elementos que influenciam o desenvolvimento psicológico, como as atividades, os papéis e as relações interpessoais.

O segundo nível estrutural apresentado por Bronfenbrenner é o mesossistema. Esse sistema diz respeito às inter-relações entre os contextos em que o indivíduo participa

ativamente, tais como a inter-relação da família com a escola e a Igreja. Para a análise das forças existentes no mesossistema, utilizam-se os mesmos conceitos-chave apresentados na análise do microsistema, ou seja, as atividades molares, as estruturas interpessoais e os papéis. As forças do mesossistema são originadas nas inter-relações de dois ou mais ambientes em que a pessoa em desenvolvimento participa ativamente. Bronfenbrenner (1979, 1996) propõe quatro tipos de inter-relações: participação multiambiental, laços indiretos, comunicação interambiental e conhecimento interambiental. Para que exista mesossistema, é necessário que haja, pelo menos, uma interconexão de dois microsistemas. Isso é possível quando a pessoa em desenvolvimento faz parte ativamente de dois ambientes diferentes, o que vem a caracterizar, então, uma participação multiambiental. Para efeitos de desenvolvimento humano, pressupõe-se que os ambientes microssistêmicos que compõem o mesossistema devem comunicar-se, ou seja, toda a informação ou mensagem deve ser intencionalmente transmitida de um ambiente para outro. Essas comunicações interambientais podem ocorrer de forma unilateral ou bilateral, dependendo das características e condições dos ambientes em que os comunicantes se encontram.

O terceiro contexto apresentado por Bronfenbrenner se denomina exossistema e se refere a um ou mais ambientes que não envolvem a pessoa em desenvolvimento como um participante ativo. No exossistema, ocorrem eventos que afetam os fatos – ou que são afetados por eles – decorrentes no ambiente que contém a pessoa em desenvolvimento, por exemplo: o local de trabalho dos pais ou a sala de aula de um irmão mais velho. Esses efeitos, geralmente, seguem uma sequência causal que, primeiramente, conecta os efeitos externos dos ambientes aos processos microssistêmicos da pessoa em desenvolvimento. Ademais, é importante citar que as mesmas propriedades que definem um mesossistema fomentador ao desenvolvimento humano – formas de ligação, comunicação e disponibilidade de conhecimento – são boas condições para os exossistemas.

O quarto nível estrutural é o macrossistema, relativo à consistência observada dentro de uma dada cultura ou subcultura na forma e conteúdo de seus micros, mesos e exossistemas constituintes, assim como a qualquer sistema de crença ou ideologia subjacente a essas consistências (Bronfenbrenner, 1979, 1996). Segundo Portugal e Tavares (1992), o macrossistema tem a ver com valores, crenças, maneiras de ser ou fazer, hábitos, estilos e formas de viver características de determinadas sociedades ou culturas, veiculados no nível dos subsistemas.

Na segunda fase, Bronfenbrenner parte do ponto de vista de como o ambiente era contextualizado nas investigações que partiam da observação do desenvolvimento humano (Rosa & Tudge, 2013). Em vista disso, ocorreu a descrição de quatro padrões distintos (Endereço Social, Pessoa-Contexto, Processo-Contexto, Pessoa-Processo-Contexto) e suas deficiências (Bronfenbrenner, 1988). O teórico denominou de “Paradigma Ecológico”, o padrão que destacava o aspecto ativo da pessoa no ambiente, resultados temporais (pessoal e histórico) e dos processos do desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1993).

Na terceira fase, a teoria recebe a nomenclatura atual e se caracteriza pela formulação do Modelo Processo-Pessoa-Contexto-Tempo (Modelo PPCT). Nesse sentido, a evolução do termo “ecologia” para “bioecologia” se relaciona ao reconhecimento dos níveis estruturais e funcionais das pessoas, o que inclui aspectos biológicos, cognitivos, emocionais e comportamentais.

Processos proximais, o primeiro elemento no modelo, são entendidos enquanto força propulsora do desenvolvimento humano e ocupam posição central na teoria (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

Ademais, Bronfenbrenner (1994) descreveu os processos proximais como eficazes na aquisição de competências ou na diminuição de disfunções. Todavia, a compreensão de competência e disfunção deve levar em conta o contexto, pois o que pode ser considerado enquanto competência ou disfunção em determinada realidade pode não o ser em outra. Para uma pessoa que tenha intenções de adentrar e permanecer no *mundo do crime*, por exemplo, como forma de ascender socialmente, a aprendizagem de formas mais eficazes de promover crimes pode ser considerada uma competência; para o sistema judicial, no entanto, tal atributo seria considerado desfavorecedor ao desenvolvimento.

No que se refere à pessoa, três níveis de características pessoais são propostos e aparecem no modelo, ora enquanto resultados, ora enquanto moderadores dos processos proximais. As características de força podem ser geradoras ou disruptivas; as primeiras são as que mantêm e sustentam processos proximais (curiosidade, tendência em iniciar ou se engajar em atividades etc.), enquanto as disruptivas os impedem ou os interrompem (impulsividade, agressividade etc.). As características de recurso referem-se a aspectos físicos, cognitivos, emocionais, sociais e materiais da pessoa, podendo influenciar o engajamento efetivo em processos proximais (habilidades, experiências etc.) ou inibir tal engajamento (deficiência física, doenças mentais etc.). As *características de demanda* dizem respeito àquelas que podem

causar reações favoráveis ou desfavoráveis ao estabelecimento de processos proximais, tais como idade, gênero e cor – sofrendo a influência valorativa de aspectos macrossistêmicos (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

Os níveis contextuais já conceituados (microsistema, mesossistema, exossistema e macrossistema) são atinentes ao elemento “contexto”. O microsistema recebe destaque, uma vez que nele ocorrem os processos proximais, bem como se observam as características dos demais níveis contextuais (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

Para Rosa e Tudge (2017), duas possibilidades de delineamento de pesquisa são favorecedoras da investigação com enfoque no microsistema: 1) a investigação de processos proximais estabelecidos por um mesmo indivíduo ou grupo em diferentes microsistemas; 2) a investigação de semelhantes processos proximais estabelecidos por indivíduos ou grupos diferentes em microsistemas distintos com características macrossistêmicas peculiares. Mesmo com o enfoque no microsistema, a análise dos resultados deve prever a observação de elementos meso, exo ou macrossistêmicos que se relacionem com os processos proximais em destaque.

O “tempo”, por sua vez, aparece no modelo teórico a partir da formulação de três conceitos que se associam enquanto perspectivas temporal, pessoal e histórica. Na perspectiva pessoal, o *microtempo* é o tempo imediato em que os processos proximais se estabelecem. O *mesotempo* se relaciona à frequência e extensão de tempo concernente ao estabelecimento dos processos proximais. Na perspectiva histórica, o *macrotempo* corresponde aos acontecimentos históricos, que impactam não apenas o indivíduo, mas também pequenos e grandes grupos (Bronfenbrenner & Morris, 2006). Essa perspectiva cronossistêmica na teoria implica na preferência por delineamentos longitudinais, nos quais são possíveis verificar as mudanças e as continuidades no desenvolvimento da pessoa ao longo do tempo (Rosa & Tudge, 2017).

A instituição penitenciária funcionaria, então, como mais um contexto na construção do desenvolvimento de pessoas idosas em regime prisional, haja vista que atuaria nas regularidades e diferenças individuais, podendo ser mensuradas perdas e/ou ganhos nesse processo, sempre considerando a variabilidade pessoal. O cárcere, assim, pode ser analisado como um ambiente ecológico, uma vez que os indivíduos que cumprem uma medida de restrição de liberdade também passam por um processo de desenvolvimento, podendo o ambiente carcerário ser estudado como ambiente ecológico. Logo, o cárcere pode constituir-se como um ambiente natural para a avaliação das práticas de cuidado, compreendido como um contexto em que se

dão interações sociais, mudanças e, conseqüentemente, desenvolvimento das pessoas que o integram. Pode-se investigar a ecologia presente nesse ambiente voltado às pessoas idosas, verificando a qualidade da interação pessoa-ambiente e o quanto essa relação tem contribuído para o desenvolvimento dos que por ali passam.

Em face desse quadro, como tema da presente pesquisa, elegeu-se o processo de envelhecimento de pessoas idosas que vivenciam a privação de liberdade em uma instituição penitenciária. É importante pensarmos na pessoa idosa em situação de reclusão que tem contato direto com a instituição, mas que, de alguma maneira, sofre as influências do encarceramento de outros eixos, perfazendo um sistema. Para isso, buscou-se uma teoria que alertasse para a inter-relação entre os organismos e seus ambientes. É impossível considerarmos o desenvolvimento humano sem pensarmos no contexto em que o indivíduo está inserido, portanto a abordagem teórico-metodológica mediante a qual se discute a relação do desenvolvimento com o contexto, conhecida como Abordagem Ecológica do Desenvolvimento, considera a compreensão de vários sistemas de influência, desde os mais distantes até os mais imediatos, concebendo que o desenvolvimento se dá em diversos contextos, os quais são muito mais do que simples ambientes e, devido à sua complexidade, são chamados de sistemas. Desse modo, na perspectiva do modelo PPCT, pretende-se avaliar:

1) O Processo – Objetivo de aprofundar a investigação dos processos proximais ou interacionais que as pessoas idosas encarceradas estabelecem com pessoas, objetos e símbolos do ambiente. Com a investigação dessas interações, pretende-se compreender as possibilidades de desenvolvimento disponíveis à pessoa idosa. É preciso entender, ainda, o envolvimento das pessoas idosas em situação de reclusão em uma instituição penitenciária com as atividades diárias que costuma realizar (rotina).

2) A Pessoa – os atributos das pessoas idosas em situação de reclusão em uma instituição penitenciária – Bronfenbrenner (1999) diferencia três atributos que constituem os traços da pessoa e como podem influenciar o curso do desenvolvimento: disposição, recurso e demanda. Essas características alteram a direção e o domínio dos processos proximais – relação entre organismo e o ambiente – durante as fases da vida.

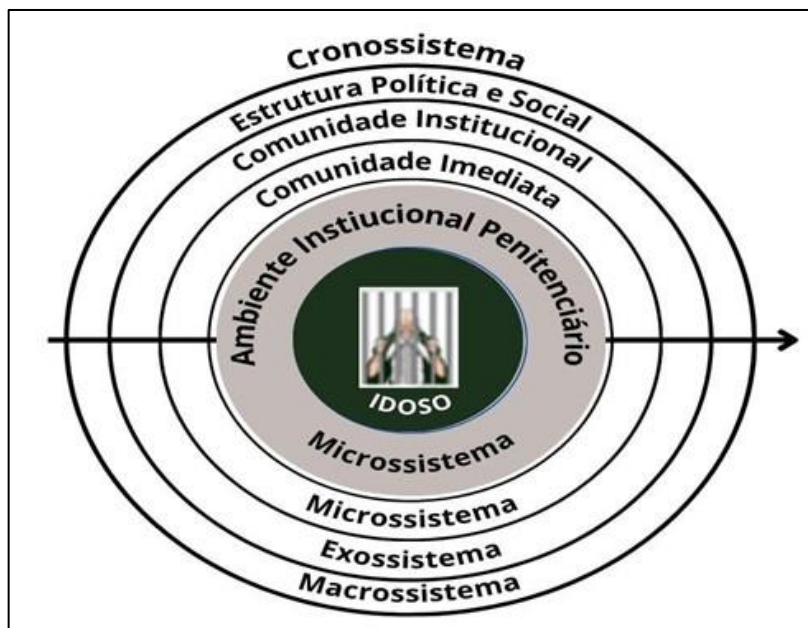
3) O contexto ecológico das pessoas idosas em situação de reclusão em uma instituição penitenciária – Os contextos do desenvolvimento são os elementos físicos, sociais e culturais disponíveis ao sujeito (Bronfenbrenner, 1996).

Desse modo, emergiram as seguintes categorias e subcategorias:

- 1) *Microsistema*: relacionamento da pessoa idosa e os pares na instituição prisional; relacionamento com gestores, agentes e equipe psicossocial da instituição;
- 2) *Mesossistema*: relacionamento da pessoa idosa com seus familiares; relação família e instituição;
- 3) *Exossistema*: instituição e estrutura física; instituição e políticas de atenção à saúde das pessoas idosas e
- 4) *Macrossistema*: saúde e políticas públicas para pessoas idosas encarceradas durante o cumprimento de pena.

Figura 1

A Instituição Penitenciária segundo a Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner.



Nesse sentido, torna-se necessário avaliar as relações existentes entre a forma que a pessoa idosa no sistema de cárcere é tratada, as crenças estabelecidas em normativas de Lei que regem a matéria, bem como a relação com o ambiente físico e social do microcontexto (cárcere) como forma de melhor compreensão desse particular desenvolvimento da velhice.

Por outro lado, o desenvolvimento humano é um processo que perpassa por toda a vida, inclusive na velhice, processo este demonstrado no paradigma *life span* de Baltes (1987), onde fica evidente que o envelhecimento e desenvolvimento são processos simultâneos.

Como já dito, Baltes (1987) compreendia o desenvolvimento humano um processo contínuo, multidimensional e multidirecional de mudanças orquestradas por influências genético-biológicas e socioculturais, de natureza normativa e não normativa, marcadas por ganhos e perdas concorrentes e pela interatividade entre o indivíduo e a cultura.

Assim, deve-se ter atenção para esses dois tipos específicos de influências: influências normativas que seriam eventos biológicos ou ambientais que afetam muitas pessoas ou a maioria delas, em uma determinada sociedade e eventos que atingem apenas certos indivíduos, como influências normativas reguladas pela idade ou etárias ou pela história.

Por outro lado, existem as influências não normativas, consideradas pelo autor, como eventos incomuns que causam grande impacto na vida dos indivíduos por perturbar a sequência esperada do ciclo da vida, como uma morte de um ente querido, sobrevivência a um grave acidente ou doença ou até mesmo se sujeitar ao cárcere, para cumprimento de uma pena. Fato que todas essas influências contribuem para a complexidade do desenvolvimento humano, assim como para os desafios que as pessoas passam na construção de suas vidas.

Nesse sentido o cárcere então, funcionaria como mais um contexto na construção do desenvolvimento de pessoas idosas em regime prisional, uma vez que atuaria nas regularidades e diferenças individuais, podendo ser mensuradas perdas e/ou ganhos nesse processo, sempre considerando a variabilidade pessoal.

O cárcere, assim, pode ser analisado como um ambiente ecológico, uma vez que os indivíduos que cumprem uma medida de restrição de liberdade também passam por um processo de desenvolvimento, em determinado ambiente físico e social.

O ambiente de cárcere pode se constituir como um laboratório natural para essa avaliação, compreendido como um contexto em que ocorrem interações sociais, mudanças e consequentemente desenvolvimento das pessoas que a integram, pode-se investigar a ecologia presente nesse ambiente voltada às pessoas idosas, verificando a qualidade da interação pessoa versus ambiente e o quanto esta relação tem contribuído para o desenvolvimento dos que por ali passam.

CAPÍTULO II

2. MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa com caráter descritivo-exploratório transversal e abordagem quanti-qualitativa (mista).

3. OBJETIVOS

3.1 Gerais

Identificar as perspectivas de pessoas idosas privadas de liberdade em uma instituição penitenciária na Amazônia Oriental, no distrito de Icoaraci, cidade de Belém, Pará.

3.2 Específicos

- Descrever as características biopsicossociais das pessoas idosas;
- Analisar a adaptação e segurança dos participantes da pesquisa na instituição penitenciária;
- Analisar o cotidiano e identificar sentimentos e perspectivas de futuro das pessoas idosas investigadas.

3.3 Local e Participantes

O estudo foi desenvolvido no Centro de Recuperação de Condenados de Icoaraci, instituição penitenciária situada na Amazônia Oriental, distrito de Icoaraci, Belém, Pa, a qual possui o corpo diretivo de 3 (três) gerentes administrativos, segurança e diretoria, 30 (trinta) servidores em regime de plantão, 14 (catorze) técnicos biopsicossociais, 02 (dois) técnicos de reinserção, 03 (três) secretárias, e 4 (quatro) servidores responsáveis pela atividade de infraestrutura.

Figura 2

Centro de Recuperação de Condenados de Icoaraci – CRCI, distrito de Icoaraci, Belém, Pa.

**Figura 3**

Imagens de Satélite do Centro de Recuperação de Condenados de Icoaraci – CRCI.



Fonte: Google Maps, 2023.

A investigação partiu da unidade intencionalmente em conveniência, como situa de Andrade Marconi e Lakatos (2017), contendo amostra não probabilística selecionada a partir

do conhecimento de particularidades locais, considerando o último Levantamento de Informações Penitenciárias fornecido pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) de janeiro a junho de 2022, o qual declarava o Centro de Recuperação de Condenados de Icoaraci como instituição prisional mantedora do maior índice demográfico de pessoas idosas do sexo masculino, com o total de 33 pessoas idosas, cumprindo pena em regime fechado.

Ao ingressar no espaço, foi exposto pela administração local que todos os sujeitos da faixa etária selecionada se situavam em 1 (um) único pavilhão, sendo domiciliados em uma única cela, chamada “Cela 25”, espaço que conforme a administração local reunia todos os sujeitos da faixa etária selecionada e teria a capacidade de abrigar 26 indivíduos, estando domiciliados no período da investigação o número total de 33 pessoas idosas.

A amostra final foi composta por 22 pessoas idosas com experiência prisional (66,66% da população prisional nesta faixa etária), os quais possuíam a capacidade de descrever de maneira mínima ou mais apurada suas experiências de vivências institucionais. O critério de exclusão foi a capacidade de responder oralmente as perguntas, o que ressalta a limitação do alcance dos relatos.

3.4 Instrumentos

Para a realização da coleta de dados foram utilizados como instrumentos: 1) **questionário Biopsicossocial** (Apêndice B) e 3) **entrevista semidirigida** (Apêndice C), com perguntas abertas e fechadas.

O questionário Biopsicossocial descreveu características biopsicossociais da amostra e foi composta de questões elaboradas pelo pesquisador de acordo com os objetivos da pesquisa.

A Entrevista semidirigida foi composta de questões, elaboradas pelo pesquisador, de acordo com os objetivos da pesquisa como **análise do cotidiano de pessoas idosas e identificação de sentimentos e perspectivas de futuro**, cujo roteiro e respostas encontram-se no **Apêndice C** deste estudo a qual se utilizou da técnica de evocação livre de palavras, perguntando aos participantes após o preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e questionário demográfico,

3.3 Procedimento

Este estudo foi construído e realizado de acordo com as instruções da resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e foi aprovada pelo Comitê de Ética em

Pesquisa com Seres Humanos do Núcleo de Medicina Tropical da Universidade Federal do Pará - NMT/UFPA, de Parecer Nº 5.876.163 (**Anexo A**). Em etapa anterior à coleta de dados, foi realizada solicitação à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP, por meio da Escola de Administração Penitenciária- EPA (Coordenadoria de Planejamento e Pesquisa), sendo autorizado pelo Secretário de Estado de Administração Penitenciária o ingresso na Instituição.

Ao ingressar em campo buscou-se desenvolver uma relação de confiança entre investigador e investigado, bem como assistente de pesquisa e investigado, realizando preliminarmente um *Rapport* (Figura 7), técnica que busca a partir da conversa não resistente o estabelecimento de uma conexão a partir da criação da empatia, reunindo todas as pessoas idosas residentes da chamada “Cela 25” no espaço institucional destinado às suas atividades educacionais.

Figura 4

Rapport em grupo focal com os idosos em privação de liberdade.



Após a socialização, foi exposto aos residentes os objetivos da pesquisa e solicitado o aceite formal através da assinatura do TCLE. Contudo, das 33 pessoas idosas residentes na instituição que possuíam interesse em participar da pesquisa, 11 não foram ouvidas em razão de questões intrínsecas, como pessoas com deficiências que prejudicavam o andamento da pesquisa, visto que as adversidades comprometiam a comunicação e o livre esclarecimento de

suas experiências institucionais, trazendo uma limitação a pesquisa, visto que o investigador possuía a limitação de não saber linguagem de sinais.

A entrevista foi conduzida verbalmente, a qual se utilizou da técnica de evocação livre de palavras e, a fim de diminuir qualquer desconforto ao interno no caso de o apenado não saber ler e/ou apresentar dúvidas quanto ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e objetivos da pesquisa. Após a confirmação da participação no estudo, o TCLE foi entregue ao participante interessado, e em seguida direcionado à psicóloga da instituição, a fim de anexar o termo a pasta institucional do sujeito institucionalizado.

Figura 5

Entrevistas individualizadas.



O tempo médio da aplicação dos formulários e realização das entrevistas foi de 40 minutos a 1 hora para cada entrevistado. No momento das entrevistas estavam presentes somente o pesquisador, seu assistente de pesquisa e o entrevistado. A coleta de dados foi realizada no período entre fevereiro e março de 2023.

Buscando manter a privacidade dos participantes, optou-se por ocultar suas identidades, identificando os resultados a partir de uma numeração referente à ordem de suas entrevistas. Assim, o primeiro participante foi intitulado como “*entrevistado 1*”, bem como o segundo participante intitulado “*entrevistado 2*”, e assim por diante.

3.5. Análise de dados

Para a análise descritiva dos dados, foi utilizada primeiramente a transcrição do formulário biopsicossocial e respostas das perguntas em evocação livre na plataforma Microsoft Forms, plataforma de produção de questionários gratuitos fornecida pela empresa Microsoft, podendo ser acessada de maneira virtual, a qual possui inteligência artificial na ingestão de dados, possibilitando a formação de nuvem de palavras e a exportação das respostas em forma de tabela (Excel), e em seguida inseridas no programa PowerBI.

CAPÍTULO III

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Realizou-se a apresentação dos resultados e discussões, tomando por base os objetivos específicos do trabalho, a saber: **Descrever as características biopsicossociais de pessoas idosas; analisar a adaptação e segurança dos participantes da pesquisa na instituição penitenciária, Analisar o cotidiano e identificar sentimentos e perspectivas de futuro das pessoas idosas investigadas**, com posterior discussão dos dados obtidos e publicados referente à temática de pessoas idosas em situação de reclusão em instituições penitenciárias no Brasil.

4.1 Características Biopsicossociais de Pessoas Idosas

As pessoas idosas da amostra tinham idade média de 62,74 anos, com 5,71 anos da pena já cumprida e sentença condenatória média de 16,78 anos.

Quanto aos crimes cometidos, 86,36% cumprem pena referente a crimes sexuais e 13,64%, pelo crime de homicídio corroborado pelo estudo de Vilela, Dias, Sampaio (2021), que encontraram, principalmente, registros de crimes contra a liberdade sexual, como o estupro, violação sexual mediante fraude, assédio sexual, e estupro de vulnerável cometidos por pessoas idosas. Achados semelhantes aos nossos dados foram demonstrados também na investigação de Lima (2018), em que os principais crimes cometidos por pessoas idosas foram os sexuais contra pessoas vulneráveis. Verificamos também que 95,45 % das amostras não eram reincidentes, sendo sua primeira passagem pelo sistema, demonstrando inexperiência com o ambiente de cárcere.

No tocante ao estado civil, a população de solteiros e casados foi idêntica, possuindo o percentual de 36,36% (8 pessoas idosas) em cada categoria. O dado encontrado no Centro de Recuperação de Condenados de Icoaraci compatibiliza-se com os de Melo et al (2016), que buscando traçar as particularidades de pessoas idosas institucionalizadas em uma instituição penitenciária, identificou que em sua maioria os sujeitos do sexo masculino são casados ou possuem algum vínculo afetivo.

Quanto à escolaridade dos participantes, foi observado que a maioria possui o ensino fundamental (18 pessoas idosas) totalizando o percentual de (81,82%). Os resultados de escolaridade apresentados neste estudo foram semelhantes aos encontrados por Lopes *et al.* (2020), na qual registrou-se que em 65,9% (182 pessoas idosas) de sua população idosa privada de liberdade, a categoria ensino fundamental incompleto foi predominante.

Conforme dados apresentados por Brasil (2019), entre as pessoas idosas em situação de reclusão em uma instituição penitenciária, 41,0% possuem apenas o ensino fundamental incompleto/completo, e 31,2% com ensino médio incompleto/completo, diferindo dos nossos achados, que demonstraram diferença de mais 50% nesta variável. No entanto, essa diferença pode ser justificada por meio dos índices de analfabetismo nos *lôcus* de ambos os estudos, Estado do Pará e São Paulo. Sendo que este último, apresenta uma taxa bem menor de analfabetismo quando comparada à região Norte do Brasil. A Região Sudeste possui 3,3% enquanto a Região Norte, a taxa é de 7,6 % (IBGE, 2021).

Quanto à renda dos sujeitos entrevistados, a maioria declarou-se não possuir renda fixa (12 pessoas idosas), gerando o percentual de 54,55%, sete participantes informaram renda de um salário-mínimo e três participantes (13,64%) relataram possuir renda maior que um salário-mínimo. Melo *et al.* (2016), em um estudo que analisou pessoas idosas em situação de reclusão na instituição Centro de Recuperação Social (CRS), no Estado de Minas Gerais, observaram que a maioria dos seus participantes declararam possuir renda acima de um salário-mínimo, diferindo dos nossos dados.

De acordo com os dados publicados e encontrados em nossa pesquisa, ficou evidenciada a fragilidade socioeconômica desta amostra encarcerada. Este fato é marcante e comum no Brasil, ao constatar a insuficiente renda para a sobrevivência da pessoa idosa neste país. Este cenário econômico e a desigualdade social podem favorecer práticas delituosas, em busca da robustez financeira na terceira idade.

Quanto à religião, a maioria dos entrevistados se identificaram como evangélicos, treze (59,09%), oito como católicos (36,36%). Corroborando com os achados de nossa pesquisa, Vilela, Dias e Silva (2022), consideram que a religião é um comportamento sociocultural de práticas e moralidades que influencia no estilo de vida do detento e demonstra impactar positivamente na redução das práticas delituosas. De igual modo, achados foram demonstrados na investigação de Lima (2018) que relatam a busca por serenidade e paz deste público na participação de grupos religiosos.

Em relação à existência de filiação, oito entrevistados (36,36%) relataram possuir de 4 (quatro) a 6 (seis) filhos. A maioria dos estudos com pessoas idosas em situação de privação de liberdade, demonstram que esta população possui filhos em sua maioria, conforme achados de Oliveira, Costa e Medeiros (2013) e Melo *et al.* (2016).

Gomes et al. (2020), consideram que o contato com os filhos, netos e familiares em geral contribuem de maneira positiva para a qualidade de vida de pessoas idosas encarceradas. Este sentimento foi mencionado por pessoas idosas, mesmo antes da pandemia de COVID-19, quando muitos deles foram liberados para cumprir sua pena em casa, afirmam os autores. A família para muitos detentos é a base, e que os ajuda a se manterem fortes nesta caminhada rumo à liberdade.

Quando avaliado o aspecto saúde de pessoas idosas, 19 entrevistados (86,36%) relataram possuir algum problema de saúde e 3 entrevistados (13,64%) relataram que não possuíam algum problema de saúde. No estudo de Lopes *et al.* (2020), caracterizando o perfil de saúde de pessoas idosas em situação de privação de liberdade por meio de um estudo descritivo, avaliou 276 indivíduos, na qual 42,7% apresentavam a Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) e o uso de medicamentos para o tratamento de alterações do Aparelho Cardiovascular, corroborando com as condições de saúde deficitárias de nossa população participante.

Os dados desta pesquisa corroboram com diversos estudos que admitem que a Hipertensão arterial sistêmica (HAS) é uma doença crônica de elevada prevalência no mundo todo, não obstante no Brasil, e seus fatores de riscos estão associados aos hábitos alimentares e estilo de vida (Dias *et al.*, 2021).

A questão de saúde foi relatada na pesquisa em diversas entrevistas, como relatado pelo entrevistado 8, a saber:

“Eu tenho problema de saúde, um buraco fundo na cabeça por conta de um tiro de bala que me paralisou do lado esquerdo, agora eu preciso da ajuda de um cuidador, um preso mais novo, que vive na cela com a gente, e ajuda nas tarefas que pra gente é difícil”.

A questão de saúde requer um tratamento diferenciado quanto aos cuidados com essa população mais vulnerável. A saúde da população prisional é uma questão de saúde pública, e diversos autores têm apontado a necessidade de pesquisas que explorem essa temática e contribuam para a elaboração de políticas públicas e a diminuição do sofrimento mental e físico dentro e fora das prisões (Gois et al., 2012; Colombaroli, 2013). Sabemos que no sistema penitenciário não há escolha alimentar e nem um plano personalizado nutricional voltado às condições de saúde individual do detento, o que pode agravar as morbidades existentes. É sabido também que o status de crise no sistema carcerário do Brasil apresentado em sua estrutura alimentar e de saúde não é recente (dos Santos Lopes et al., 2020).

De acordo com Dell'isola (2019) a superlotação carcerária e ambientes insalubres que não praticam os direitos das pessoas idosas em sua integridade infelizmente é uma realidade. Logo percebe-se uma degradação humana, ao qual estão inseridas as pessoas idosas que cumprem pena. Portanto é urgente a adequação de medidas qualificadas e personalizadas para o acolhimento da pessoa idosa no sistema penitenciário.

Os dados apresentados acima, além de outros, foram organizados na **Tabela 1**.

Tabela 1

Distribuição de frequência das variáveis biopsicossocial das pessoas idosas participantes do estudo.

Variáveis		n	%
Idade que iniciou a pena	50 a 55	3	13,64%
	56 a 59	3	13,64%
	60 a 65	7	31,82%
	66 a 70	3	13,64%
	71 a 76	3	13,64%
	Não soube informar	3	13,64%
Σ		22	100,00%
Variáveis		n	%
Estado Civil	Casado	8	36,36%
	Divorciado	3	13,64%
	Solteiro	8	36,36%
	União Estável	1	4,55%
	Viúvo	2	9,09%
Σ		22	100,00%
Variáveis		n	%
Crime	Estupro de Vulnerável	19	86,36%
	Homicídio	3	13,64%
Σ		22	100,00%
Variáveis		n	%
Passagem no Sistema	Reincidência	1	4,55%
	Primeira Vez	21	95,45%
Σ		22	100,00%

Variáveis		n	%
Escolaridade	Analfabeto	1	4,55%
	Ensino Fundamental	18	81,82%
	Ensino Médio	3	13,64%
Σ		22	100,00%
Variáveis		n	%
Renda	Renda fixa de um salário-mínimo	7	31,82%
	Renda fixa maior que um salário-mínimo	3	13,64%
	Sem renda fixa	12	54,55%
Σ		22	100,00%
Variáveis		n	%
Religião	Evangélico	13	59,09%
	Católico	8	36,36%
	Não possui religião, mas acredita em Deus	1	4,55%
Σ		22	100,00%
Variáveis		n	%
Exercia trabalho antes da condenação?	Não trabalhava e era aposentado	1	4,55%
	Trabalhava e era aposentado	6	27,27%
	Trabalhava e não era aposentado	15	68,18%
Σ		22	100,00%
Variáveis		n	%
Possui problema de saúde?	Sim	19	86,36%
	Não	3	13,64%
Σ		22	100,00%
Variáveis		n	%
Problema de saúde anterior ao cumprimento da pena	Anterior ao ingresso na instituição prisional	11	50%
	Após o ingresso na instituição prisional	8	36%
	Não informou	3	14%
Σ		22	100%
Variáveis		n	%

Quantidade de filhos	1 a 3	6	27,27%
	4 a 6	8	36,36%
	7 a 10	4	18,18%
	Não possui filho	1	4,55%
	Não informou	3	13,64%
Σ		22	100,00%
Variáveis		n	%
Qual a duração da pena	1 a 5 anos	1	4,55%
	6 a 10 anos	4	18,18%
	11 a 15 anos	5	22,73%
	16 a 20 anos	6	27,27%
	21 a 25 anos	0	0,00%
	26 a 30 anos	1	4,55%
	31 a 35 anos	0	0,00%
	35 a 40 anos	1	4,55%
	41 a 45 anos	1	4,55%
	Não soube informar	3	13,64%
Σ		22	100,00%
Variáveis		n	%
Há quanto tempo cumpre a pena	1 a 5 anos	11	50,00%
	6 a 10 anos	7	31,82%
	Superior a 11 anos	2	9,09%
	Não soube informar	2	9,09%
Σ		22	100,00%
Variáveis		n	%
Já conhecia a realidade prisional?	Sim	2	9,09%
	Não	20	90,91%

Σ		22	100,00%
Variáveis		n	%
Se preocupava com a sua segurança na Casa Penal	Sim	21	95,45%
	Não	1	4,55%
Σ		22	100,00%
Variáveis		n	%
Já vivenciou evento violento na instituição?	Sim	10	45,45%
	Não	11	50,00%
	Não informou	1	4,55%
Σ		22	100,00%
Variáveis		n	%
Realiza alguma atividade socioeducativa?	Sim	7	31,82%
	Não	14	63,64%
	Não informou	1	4,55%
Σ		22	100,00%
Variáveis		n	%
Realiza alguma atividade de trabalho na instituição prisional?	Sim	0	0,00%
	Não	20	90,91%
	Não informou	2	9,09%
Σ		22	100,00%
Variáveis		n	%
Recebe visitas carcerárias?	Sim	14	63,64%
	Não	8	36,36%
Σ		22	100,00%
Variáveis		n	%
Se sente capaz de realizar planos quando sair?	Sim	20	90,91%
	Não	2	9,09%
Σ		22	100,00%
Variáveis		n	%
Considera que a instituição prisional ensinou algo?	Sim	22	100,00%
	Não	0	0,00%

Σ	22	100,00%
----------	----	---------

Figura 6

Adaptação e segurança na casa penal.



No tocante à adaptação e segurança na casa penal, observou-se que 50% (11 pessoas idosas) dos entrevistados declararam ainda não ter presenciado situações de violência, mas 45,45% (10 pessoas idosas), sim. Além de demonstrarem preocupações com a sua segurança na casa penal, 95,45% (21 pessoas idosas) (Figura 9). Muitos dos que estão privados de liberdade em instituições penais, têm dificuldade em se adaptar ao regime da instituição prisional, além de não se sentirem seguros naquele local, fato observado no presente estudo.

Sabemos que o sistema prisional requer mudanças significativas no que tange à redução de rebeliões e chacinas que ocorrem nos presídios do Brasil, e impactam negativamente a imagem do país internacionalmente. Sendo necessária elaboração de estratégias assistenciais aos presos, por intermédio de políticas que incentivam a oferta de educação, trabalho e saúde nas unidades prisionais e diminuição de situações de crise e atos internos de violência, proporcionado mais segurança aos detentos (Kuchnir et al., 2022).

Figura 7
Dificuldades iniciais da reclusão.

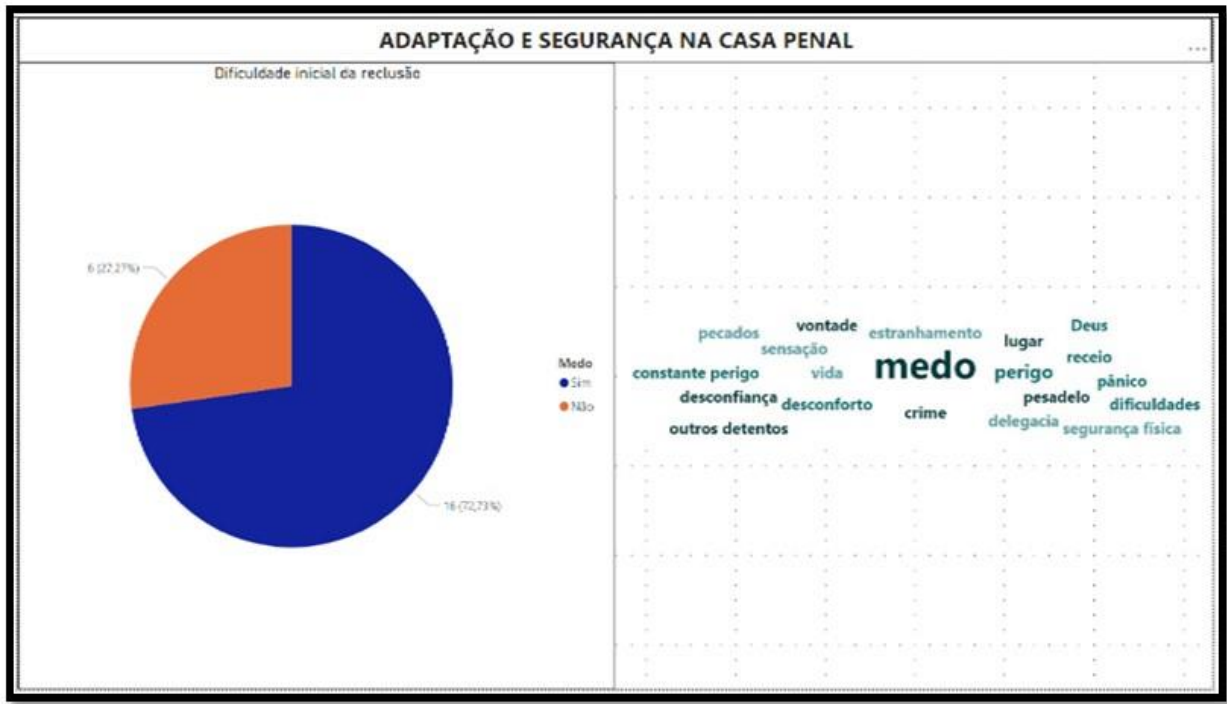
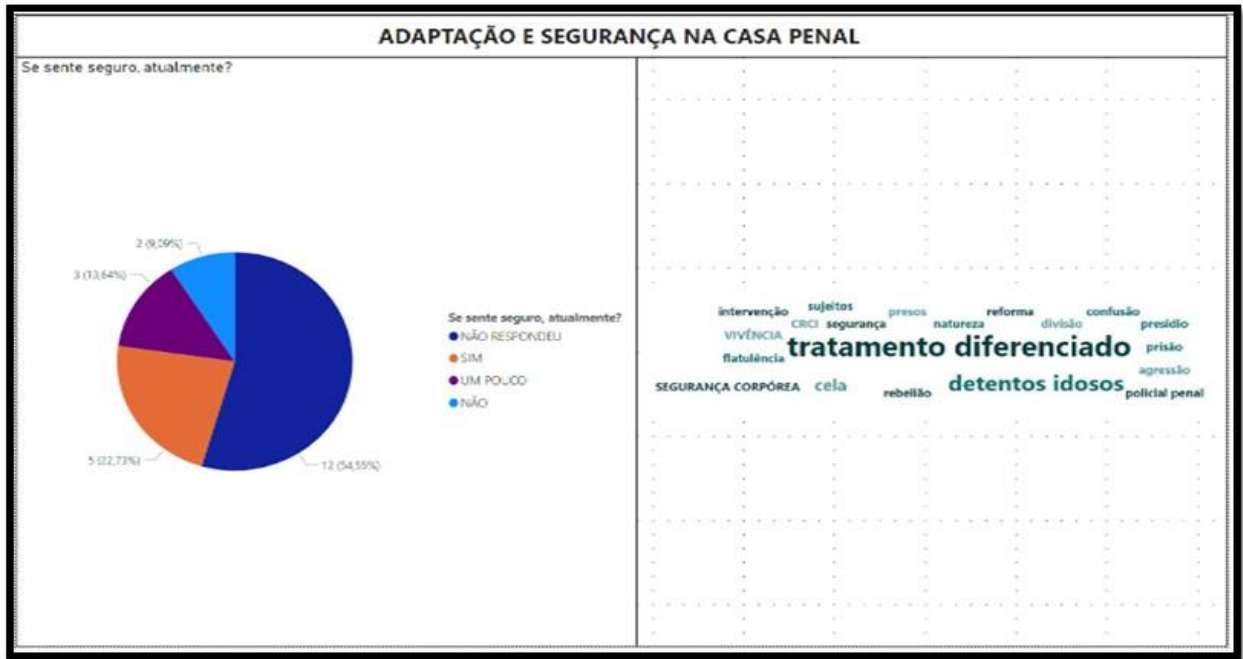


Figura 8
Sensação de segurança.



As dificuldades de adaptação dos encarcerados é resultado do ambiente violento e ameaçador das unidades prisionais. Nesta pesquisa, 72,33% (16) sentiram dificuldade de adaptação ao sistema relacionada ao medo (figura 10). A representação visual de nuvens de palavras (figura 10), em relação à variável adaptação na casa penal, palavras como: *medo*, *desconfiança*, *pesadelo*, *vontade*, *lugar*, *outros detentos* receberam mais ênfase (valor) na criação da nuvem de palavras.

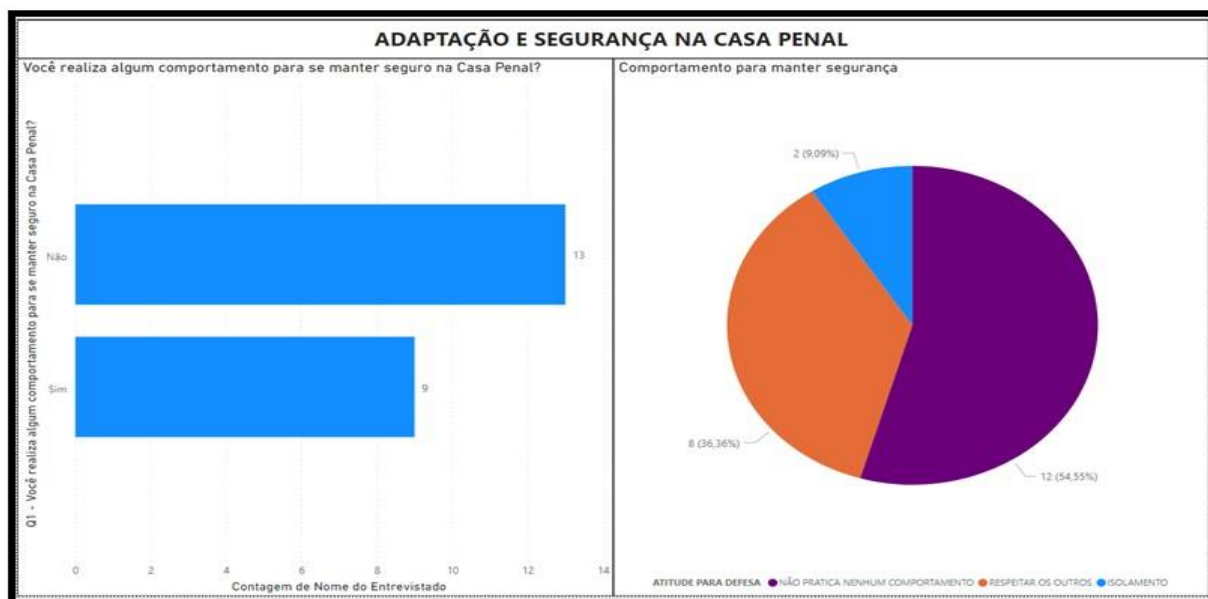
Adicionalmente quando questionado sobre o atual sentimento da pessoa idosa em relação à segurança na casa penal, 54,55% (14) não quiseram responder e, apenas 22,73% (5) informaram que se sentem seguros, considerando que recebem tratamento especial em relação aos demais detentos como exemplo, ao serem colocados em uma cela separada (Cela 25). Por conta deste dado, nesta seção, o “*tratamento diferenciado*” foi o mais enfatizado na nuvem de palavras (figura 11), seguido de detentos idosos, segurança corpórea e polícia penal.

Convém ressaltar que, esse “tratamento diferenciado” é um direito da pessoa idosa quando no cárcere e que esta população entende como um benefício estatal, devido ao desconhecimento de seus direitos básicos. Essas distorções devem ser trabalhadas com informação ao detento do que, realmente, são seus direitos e de como garanti-los.

É perceptível que o tratamento diferenciado visando segurança e bem-estar de pessoas idosas, em decorrência de suas particularidades, é uma realidade que precisa ser discutida pela sociedade e pelos órgãos envolvidos na gestão do sistema carcerário brasileiro. Ademais é notório o descaso em relação a uma população que é sistematicamente segregada e destituída de suas condições mínimas de sobrevivência, e categoriza um processo acobertado por preconceitos e que necessitam serem desconstruídos (Farias & de Freitas, 2021).

Figura 9

Comportamento para se manter seguro.



Por outro lado, em relação aos sentimentos negativos e de medo na prisão, alguns aspectos relativos durante o recrutamento de internos por facções, são levantadas, considerando rituais vinculados a esse processo. Além disso são reveladas a centralidade de lideranças entre os presos encarcerados e emprego da violência e do medo no processo de associação (Reis Netto & Chagas, 2019)

Nesse sentido, treze detentos, 59,09% da amostra da nossa pesquisa (figura 12), nesta variável, declaram que não buscam praticar comportamentos em prol de sua segurança, usando de violência ou se agrupando em facções internas, porém buscam realizar atitudes de defesa, além do respeito ao próximo, constituindo comportamentos essenciais para sua preservação e segurança na instituição. Entretanto, também na mesma figura, em outra variável, 12 entrevistados, 54,54% disseram que não se comportam de forma diferente, com atitudes de respeito ou de isolamento, para terem segurança.

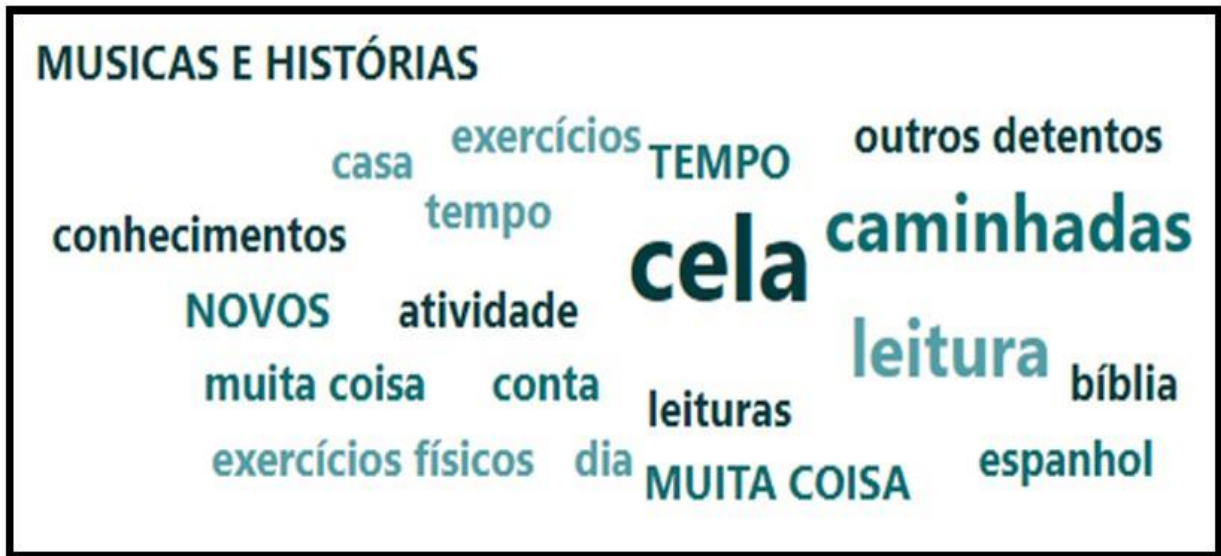
O envelhecimento por si só já traz sentimentos negativos e denota despojar-se do que foi uma vida e conforma-se com o fato de perder o controle sobre sua existência (Le Breton, 2011), e quando encarcerado essas sensações se maximizam. Pois a vida no regime prisional é difícil para todos e que pode se tornar ainda pior na condição da pessoa idosa, e necessita ser reavaliada e repensada quanto às condições impostas pelo sistema (Corrêa & Francisco, 2019).

4.2 Análise do Cotidiano, Identificação de Sentimentos e Perspectivas de Futuro de Pessoas Idosas

No que concerne ao comportamento no cárcere, a figura 13 por meio da nuvem de palavras demonstra a rotina dos participantes.

Figura 10

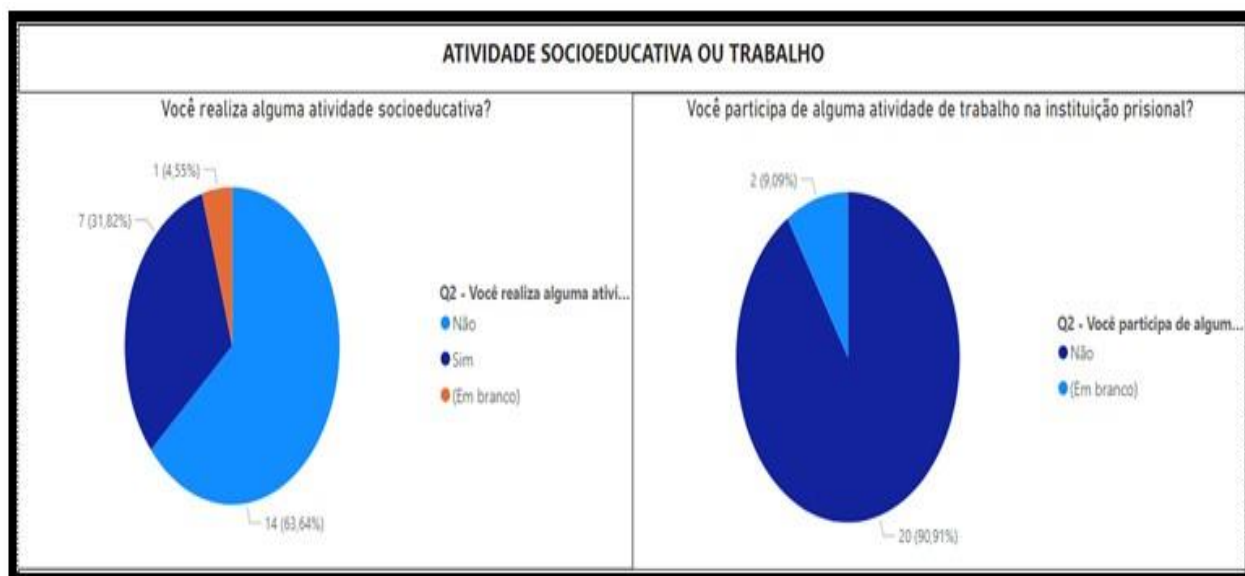
Comportamentos que ajudam pessoas idosas a passar o tempo na instituição penitenciária



Essa rotina já fora relatada por internos de outro estudo em primeira custódia evidenciando a monotonia, o sedentarismo e a ausência de atividades dentro da unidade prisional, fatores que podem ser psicologicamente estressantes (Osasona & Koleso, 2015). Por outro lado, também em outro estudo, registrou-se que as atividades são realizadas de forma sistemática, onde tudo é controlado pela instituição penal ou por outros detentos e que não é permitido ter iniciativas e nem há chances de privacidade (Colombaroli, 2013).

Figura 11

Atividades socioeducativas ou de trabalho realizadas por pessoas idosas domiciliadas na instituição.



As atividades socioeducativas promovem para a comunidade carcerária o desenvolvimento socioemocional e cognitivo, somado à contribuição para o processo de ressocialização e inclusão social (Silva et al., 2021). Porém ainda precisa ser mais presente nos ambientes carcerários.

Entre os relatos das pessoas idosas sobre a sua participação nas atividades socioeducativas e de trabalho foram justificadas por motivos, em sua maioria relacionada a idade e às condições de saúde, e o próprio modelo de gestão do sistema.

Na tabela 2 expandiram-se os dados da Tabela 1, incluindo os relatos dos entrevistados, onde se listaram os motivos dos detentos nos quais estão associados a não realizarem nenhuma atividade socioeducativa ou laboral na instituição prisional.

Tabela 2

Razões de não participarem de atividades socioeducativas e/ou trabalho.

Entrevistado	Socioeducativa	Trabalho
Entrevistado 1	Eu acho que por conta da idade tenho limitações físicas.	Eu queria trabalhar, mas por conta da idade não é permitido. Eles só deixam trabalhar quem é mais novo é designado aos mais novo.

Entrevistado 2	Eu não tenho mais o que ver na vida, estudar é pra gente nova.	Até queria, mas não posso trabalhar por conta da minha idade. Eles me informaram que as pessoas acima de 60 anos não teriam trabalho disponível.
Entrevistado 3	Não tenho interesse porque é a mesma coisa, queria outras atividades como universidade, mas também tô muito velho para isso.	Eu sou idoso e idoso não pode trabalhar, eles não deixam.
Entrevistado 4	(Realiza atividades Socioeducativas)	Me informam que eu não podia trabalhar por conta da minha idade.
Entrevistado 5	(Realiza atividades Socioeducativas)	Eles não me permitem trabalhar. Eu não trabalho porque não me dão serviço, eles informaram que as vagas de trabalho da CTM já tava cheia e idoso não pode trabalhar.
Entrevistado 7	Eu tenho problemas de visão por já estar velho, então tenho dificuldades de ler o que está no quadro, então eu preferi não estudar	(Realiza atividades laborais na instituição)
Entrevistado 8	Eu tenho deficiência, então não consigo estudar	Por conta de deficiência eu não consigo trabalhar
Entrevistado 9	(Realiza atividades Socioeducativas)	Me falaram que a demanda estava alta e não tinha trabalho para todo mundo, eu queria trabalhar porque melhora muito a autoestima da gente, mas nunca me ofereceram oportunidade.
Entrevistado 10	Me falaram que não tinha vagas para as aulas, eles falaram que	Me falaram que não tem vaga, e tem a minha idade também, eles preferem

tem um número de cota para as aulas. dar trabalho para os mais novos e com penas mais altas.

Entrevistado 11	Eu queria que eles oferecessem outras atividades, como cursos profissionalizantes. Eu não tenho interesse em estudar porque queria aprender outras coisas.	Eu não posso trabalhar porque sou velho e tenho doenças.
Entrevistado 12	(Realiza atividades Socioeducativas)	Eu não trabalho porque tenho hérnia de disco
Entrevistado 13	Eu acho que não tenho mais condição de estudar, já tô velho.	Eu não consigo mais trabalhar pesado, devido já tô velho.
Entrevistado 14	(realizou atividades socioeducativas) e todos os ensinos fornecidos na prisão. Não há outras atividades, e o detento já possui o ensino médio.	Eu cheguei a trabalhar até os 65 anos de idade mas hoje não dou mais conta.
Entrevistado 15	Eu acho que já tô velho demais e não tenho mais disposição física.	Eu queria trabalhar, mas eles não deixam porque sou velho.
Entrevistado 16	Eu já estudei tudo aqui.	Eu queria trabalhar, mas não consegui porque não tem vaga.
Entrevistado 18	Eu não me sinto bem para estudar, já tô velho demais para isso.	Não posso trabalhar porque já estou velho
Entrevistado 19	Eu não me sinto bem estudando porque já estou velho e não consigo aprender.	Eu não me sinto bem de saúde pra trabalhar, já estou velho demais.

Entrevistado 20	(Realiza atividades Socioeducativas)	Eu já trabalhei, mas hoje não posso mais trabalhar aqui por conta da idade.
------------------------	--------------------------------------	---

Entrevistado 21	(Realiza Atividades Socioeducativas)	Eu já tô muito velho e por conta da idade eles não permitem
------------------------	--------------------------------------	---

Entrevistado 22	Eu não estudo aqui porque queria aprender outras coisas, não só o ensino fundamental e médio. Já fiz um curso de como fabricar sabão e detergente, mas isso foi a muito tempo, queria mais cursos assim.	Eu queria trabalhar, mas por conta da idade eu não posso.
------------------------	--	---

Sobre a não participação em atividades, um dos detentos declarou que: ***“Gostaria de realizar, no entanto, por conta da idade não é permitido. Relata que o trabalho é designado aos mais novos com penas maiores”; “porque é idoso, e por ser idoso não possui permissão para trabalhar devido à restrição na casa penal” e “Devido não poder trabalhar por conta de doenças e idade”.***

Segundo o estudo de Andrade e Ramos (2020) a maioria da população carcerária no Centro de Progressão penitenciária de Belém (CPPB), na cidade de Belém no estado do Pará, apresenta um perfil semelhante, sem profissão e com baixo grau de instrução; o que dificulta o acesso ao trabalho no momento da sua saída da penitenciária.

No estado do Pará há um número significativo de presos que não exerciam atividade laboral enquanto custodiado. Embora as vagas de trabalho prisional sejam poucas para o detento paraense, Andrade e Ramos (2020) admitiram que 55% da população presa no CCPB estão inseridos em atividades educacionais de nível médio e superior, contrapondo os nossos achados. Este fato pode ser justificado ao considerar a idade, que no estudo citado não foi levada em consideração.

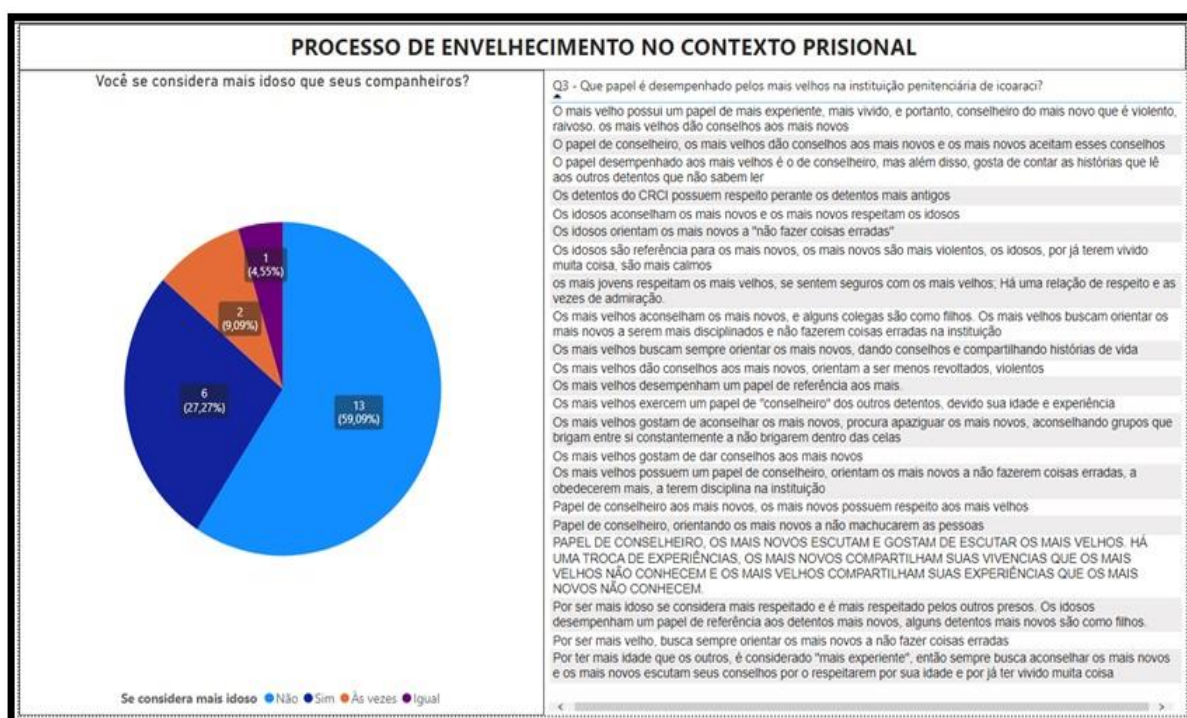
Isso evidencia que no contexto da prisão a falta de atividade laborativa, remete à ociosidade e ao tédio vivenciados diariamente pelos internos já sentenciados. De acordo com estudos, o trabalho exercido durante o período de encarceramento tende a reduzir o acometimento de sintomatologias depressivas e torna-se um fator protetivo à saúde mental dos internos (Canazaro & Argimon, 2010; dos Santos Lopes et al., 2020). Por outro lado, trabalho na prisão também recria uma estrutura semelhante à que o interno vivenciaria na vida fora da prisão e, portanto, também é auxiliador do processo de reinserção social (Carvalho et al., 2016)

De acordo com Bernardo e Carvalho (2020) é importante à pessoa idosa a sua participação ativa em atividades sociais e educativas. O engajamento de pessoas idosas em atividades laborais no presídio é uma forma de compreender e respeitar a diversidade, resgatar as identidades sociais, usufruir e proporcionar experiências de alto valor social, com impactos benéficos na vida de pessoas idosas.

Em outra variável, 13 participantes (59,09%) não se consideram mais velhos que os seus companheiros de presídio, mas 6 participantes (27,27%), sim (Figura 15).

Figura 12

Processo de envelhecimento no contexto prisional.



A percepção dos povos antigos acerca da pessoa idosa, na maioria era de respeito, transmissão de conhecimento, condução de povos e inspiração as novas gerações. Porém na atualidade é necessário muito além do que reconhecimento de experiência, pois o que a pessoa

idosa necessita de possibilidades que promovam a sua qualidade de vida, principalmente por meio de uma atenção especializada a terceira idade (Cordeiro, 2017).

A realidade de pessoas idosas no sistema penitenciário é caracterizada pela constante violação dos seus direitos. Embora as falhas do sistema carcerário não atinjam apenas as pessoas idosas, sobre estes observa-se maior impacto considerando as fragilidades pré-existentes, principalmente no que tange às necessidades sociais. Percebe-se que o maior desafio além de criar direitos, é implementar a prática dos direitos humanos já existentes de pessoas idosas em situação de privação de liberdade, para que resulte em melhores condições de vida para este grupo populacional (Reis Netto & Chagas, 2019).

No tocante à variável visita, 63,64% recebem visitas no ambiente carcerário (figura 16). Entretanto, em outra variável, mesmo os que recebem visitas (14 pessoas idosas), 42,86% afirmaram que perderam contato com a família que se somados com os que afirmaram que não recebem visitas (36,36%), temos 79,22% de institucionalizados com quebra da relação familiar (Figura 17), demonstrando que a visitação não guarda relação com família.

Figura 13

Frequência de visitas carcerárias a pessoas idosas.

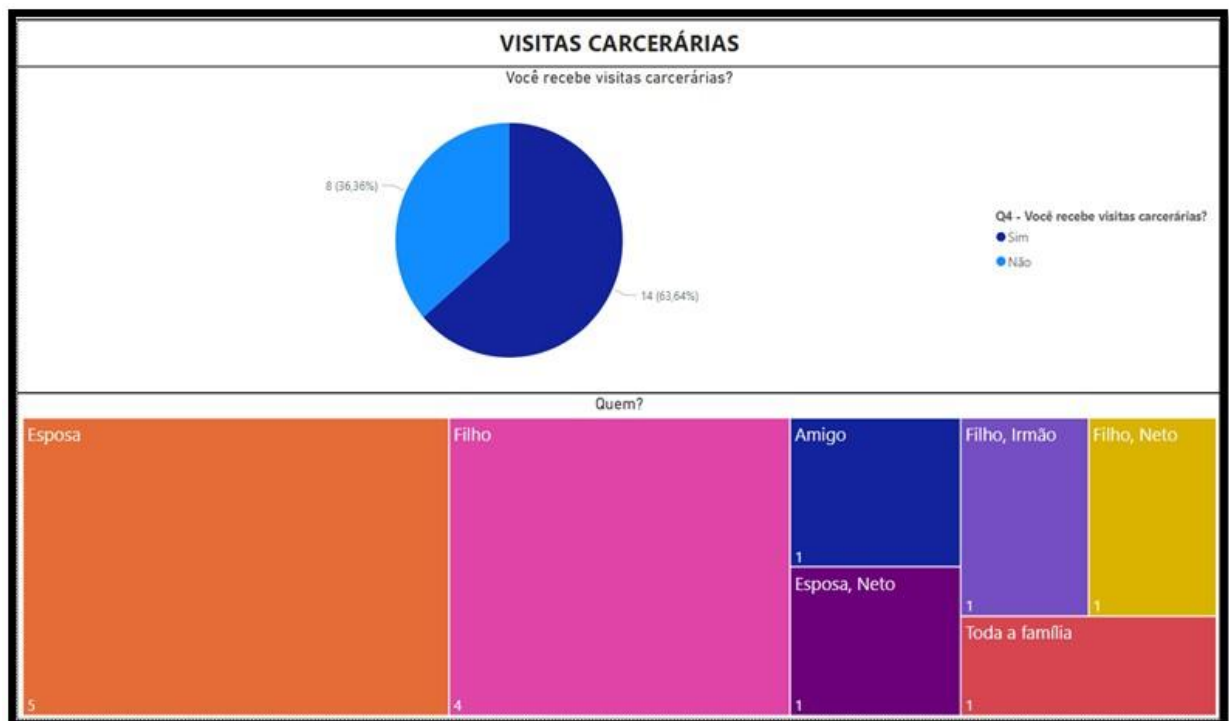
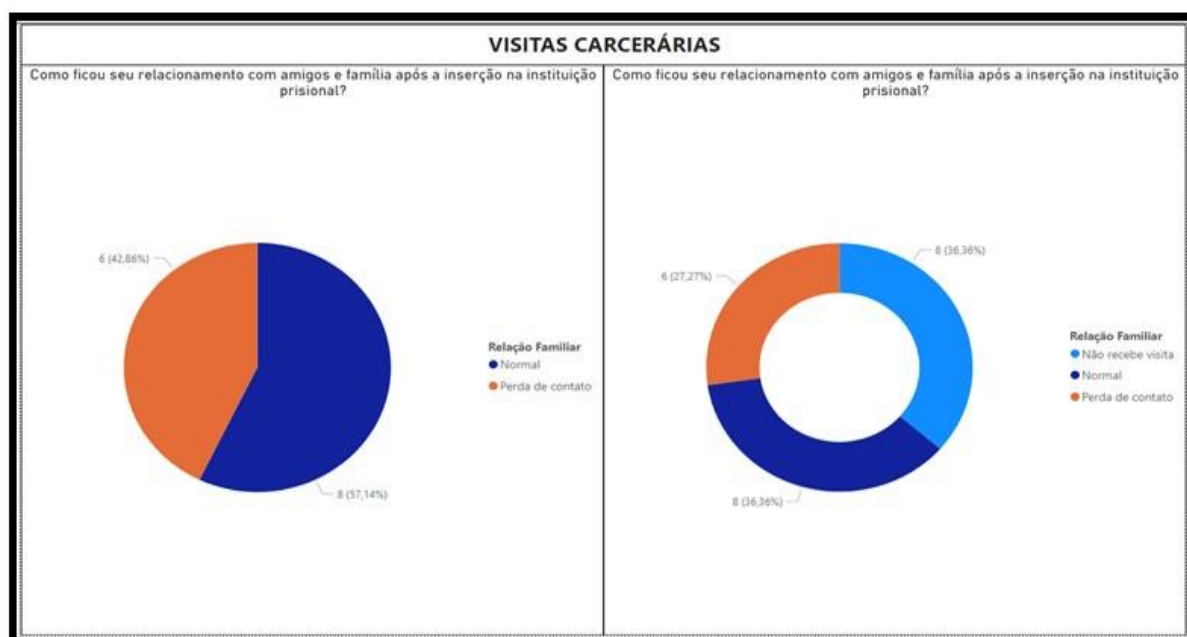


Figura 14

Aspectos dos relacionamentos de pessoas idosas após ingressarem na instituição penitenciária.



O convívio da pessoa idosa em privação de liberdade, por meio das visitas prisionais, é um direito garantido na Lei de Execução Penal (Lei nº 7210/1984) para que, de certo modo, o institucionalizado tenha contato com o mundo externo à prisão (Cayres & Sponchiado, 2015).

No dia das visitas, a presença da família, além de permitir o acesso às informações da vida fora do presídio permitem uma manutenção da relação familiar. Por isso, muitas vezes a suspensão das visitas familiares, seja pelo motivo que for, se configura uma das piores sanções aplicadas aos reclusos (G. Tavares & Menandro, 2008).

O perfil de visitas e a relação familiar da pessoa idosa observada corroboram com os achados de Lopes et al. (2020). Na ocasião os pesquisadores identificaram em 101 pessoas idosas entrevistadas, 42 recebiam visitas no ambiente penitenciário. Além disso, foi observado o desejo do retorno ao convívio familiar e a realização dos planos em família. O que demonstra a importância da relação familiar no resgate de seu papel no cenário familiar.

A família acaba sendo o eixo de referência pelo qual seus participantes elaboram e determinam suas relações sociais. Na tabela 3 segue a descrição dos motivos relatados pelos detentos de não receberem visitas no ambiente penitenciário. A maioria dos relatos sobre a ausência das visitas se refere à localização, deslocamento, local da instituição prisional, temor familiar em realizar as visitas, pandemia entre outros.

Tabela 3

Motivos da ausência das visitas aos detentos de uma instituição prisional no estado Pará.

Por que não recebe visitas na instituição prisional	
Entrevistado 1	Eu recebia visita do meu filho, mas por conta do presídio ser longe do município onde ele mora e ele não ter computador nem celular pra fazer videochamada comigo, não vejo ele a 1 ano já.
Entrevistado 2	Eu já recebi visitas quando tava num presídio mais próximo da casa dos meus familiares, mas não recebo mais por conta da distância. minha família mora muito longe e não tem dinheiro pra vim aqui me visitar.
Entrevistado 6	Ninguém vem me visitar aqui, meus filhos têm medo da prisão, mas eu tenho informações de como está minha família por meio da assistente social
Entrevistado 7	Eu perdi contato com todo mundo, nunca mais recebi visitas por conta da última intervenção que suspendeu as visitas e a gente não consegue contato com o pessoal de fora.
Entrevistado 8	Eu já recebi visitas, mas hoje as visitas estão mais difíceis por conta da minha mãe ter 85 anos. Meus parentes moram longe também, se eu tivesse mais perto de Tucuruí receberia mais visitas. Minha vontade era ficar mais perto de Tucuruí.
Entrevistado 9	Eu possuo bom relacionamento com meus familiares, mas desde que fui preso não recebi visitas
Entrevistado 11	Eu perdi o contato com minha família desde que entrei aqui. Minha família não é desse

	estado, eles não sabem que eu tô preso. Os caras me deram oportunidade pra falar com minha família, mas eles estão muito longe, se eu estivesse em uma prisão mais próxima talvez não teria perdido o contato.
Entrevistado 16	Eu não recebo visitas porque minha família mora muito longe. Eles me deram a oportunidade de usar videochamada, mas minha família não tem computador nem celular pra fazer a videochamada. recebe visitas por conta da distância da prisão e o local que reside sua família. é dada a oportunidade de ligação via videochamada

Os principais motivos identificados pelas falas de pessoas idosas foi a distância, a dificuldade de acesso ao local da penitenciária e o próprio sistema que reduziu o número de visitas no ambiente penitenciário. Observamos que as relações familiares com a inserção de pessoas idosa no sistema prisional foram prejudicadas em 27% (6) (Figura 17).

Em relação às perspectivas do envelhecimento (figura 18), todos os entrevistados, 22 pessoas idosas (100%) relataram realizar planos ao sair da prisão e 90,91% se sentem capaz de realizá-los. Na nuvem de palavras, a esquerda, observamos as palavras “imagina” e “retornando” como as mais destacadas e mencionadas pelos detentos, nesta pauta.

Para Carvalho, Lecat e Sendas (2016), é importante que ao sair da prisão o indivíduo também tenha a oportunidade de se inserir em um espaço de trabalho, bem como de estabelecer vínculos afetivos externos ao ambiente penitenciário. Desse modo, talvez pensado pelos participantes da pesquisa indique a expectativa de um recomeço de vida amparado pelo apoio familiar e do possível ingresso ou retorno ao mercado de trabalho, para sentirem-se reinseridos e aceitos socialmente.

Os detentos participantes desta pesquisa em sua maioria declararam se sentirem dispostos para realizarem seus sonhos. A idade para alguns dos detentos não é fator de impedimento. Além disso recebem o apoio da família para o seu recomeço e sempre trabalharam em suas vidas, embora sua condição atual.

Tabela 4

Relatos de pessoas idosas quanto à capacidade de realização de seus sonhos em uma instituição prisional no estado do Pará.

Participantes	Por que você se sente capaz?	Por que você não se sente capaz?
Entrevistado 1	Eu me sinto disposto porque sinto que tenho a mesma capacidade de quando entrei aqui, e mesmo se não tivesse, minha família ajudaria a desempenhar essas funções.	Se Sente Capaz
Entrevistado 2	Sinto que consigo trabalhar e retornar as atividades que eu fazia antes de entrar aqui, e acho que minha família tá me esperando e vai me ajudar a se restabelecer quando sair daqui.	Se Sente Capaz
Entrevistado 3	Não se sente capaz	Não me sinto capaz por conta da idade, não se sinto bem para trabalhar, mas quero voltar pra minha família e cuidar de sua família.

Entrevistado 4	Eu me sinto bem de saúde e acho que ainda tenho um bom físico, quero voltar a fazer isso, é isso que sei fazer, vou montar meu mercadinho e prosperar.	Se Sente Capaz
Entrevistado 5	Eu tenho vontade de trabalhar e acho que tenho aptidão física pra voltar a trabalhar quando sair daqui.	Se Sente Capaz
Entrevistado 6	Eu sonho em retornar as atividades que eu fazia antes de entrar aqui, porque é isso que eu sei fazer	Se Sente Capaz
Entrevistado 7	Eu me sinto disposto, e ainda tenho capacidade de aprender e fazer o que fazia antes	Se Sente Capaz
Entrevistado 8	Eu espero contar com o apoio dos meus familiares pra retornar à minha realização de fisioterapia	Se Sente Capaz
Entrevistado 9	Eu me sinto disposto para trabalhar e aprender, gostaria até de trabalhar na prisão, mas me informaram que existia uma cota, uma porta aberta e uma chance de entrar diretamente em um negócio	Se Sente Capaz
Entrevistado 10	Eu me sinto bem para trabalhar, sempre trabalhei e gosto de trabalhar com o que sempre trabalhei que é a atividade de construção e pesca	Se Sente Capaz
Entrevistado 11	Sinto que consigo trabalhar com o que trabalhava antes, é isso que sei fazer, e mesmo idoso, posso aprender e realizar atividades de	Se Sente Capaz

	trabalho, mas no ambiente prisional não me permitem trabalhar	
Entrevistado 12	Apesar de eu ser considerado idoso por conta da minha idade, não me vejo como idoso, me vejo como jovem e apto a voltar a trabalhar como garçom	Se Sente Capaz
Entrevistado 13	Me sinto capaz de voltar a trabalhar, o trabalho dignifica o homem e mesmo se não tiver capacidade, Deus dará capacidade porque o que está vivendo é o tempo de Deus para se tornar uma pessoa melhor	Se Sente Capaz
Entrevistado 14	Eu me sinto disposto, me sinto bem trabalhando vendendo salgados em uma lanchonete.	Se Sente Capaz
Entrevistado 15	Eu me sinto disposto para trabalhar e queria trabalhar, cuidar da família e fazer tudo diferente	Se Sente Capaz
Entrevistado 16	Eu me sinto jovem e disposto, apesar da idade, me sinto bem para trabalhar e retornar as atividades que exercia antes de chegar aqui	Se Sente Capaz
Entrevistado 17	(Não se sente disposto)	Eu gostaria muito de quando sair, trabalhar de alguma forma, mas estou muito debilitado fisicamente depois de 2 AVC's
Entrevistado 18	Me sinto disposto a trabalhar e só não trabalho aqui porque não me permitem já que sou considerado idoso	Se Sente Capaz

Entrevistado 19	Me considero capaz de voltar ao mundo externo e trabalhar nas mesmas funções que trabalhava antes de entrar aqui.	Se Sente Capaz
Entrevistado 20	Apesar da idade, ainda me sinto apto a trabalhar	Se Sente Capaz
Entrevistado 21	Eu me sinto disposto, me sinto melhor trabalhando e se pudesse trabalhar aqui seria melhor porque me sentiria mais apto, teria uma ocupação.	Se Sente Capaz
Entrevistado 22	Eu me sinto disposto, inclusive gostaria de trabalhar aqui.	Se Sente Capaz

Nesta parte da pesquisa, um dado chamou atenção. Apesar da idade avançada dos entrevistados e com altas penas a cumprirem, a maioria se mostrou extremamente resiliente e otimista quando relatam planos de um futuro próximo e com plena capacidade de execução de uma vida normal quando em liberdade. Resiliência refere-se ao fenômeno caracterizado por resultados positivos na presença de sérias ameaças à adaptação ou ao desenvolvimento da pessoa. Seria um construto inferencial e contextual, que envolve duas dimensões: a presença dos processos de adaptação e dos fatores de risco (Masten, 2001). Nesse cenário, a presença da crença religiosa os auxilia a se manterem positivos, no entanto, outros fatores, ainda a serem pesquisados, podem ajudar nessa compreensão de como tornar a vida da pessoa idosa no cárcere mais saudável (Tavares et al., 2012).

No que concerne à variável aprendizado, a figura 19 demonstra que 100% dos participantes admitiram que a instituição prisional na qual estão lotados lhe ensinou algo. Na nuvem a esquerda, a palavra “*aprendeu*” foi a que mais se destacou. Além das palavras “*pessoa*” e “*melhor*” que também são mencionadas de forma significativa (Figura 20).

Figura 16

Aprendizados relatados pelos detentos de uma instituição prisional do estado do Pará.

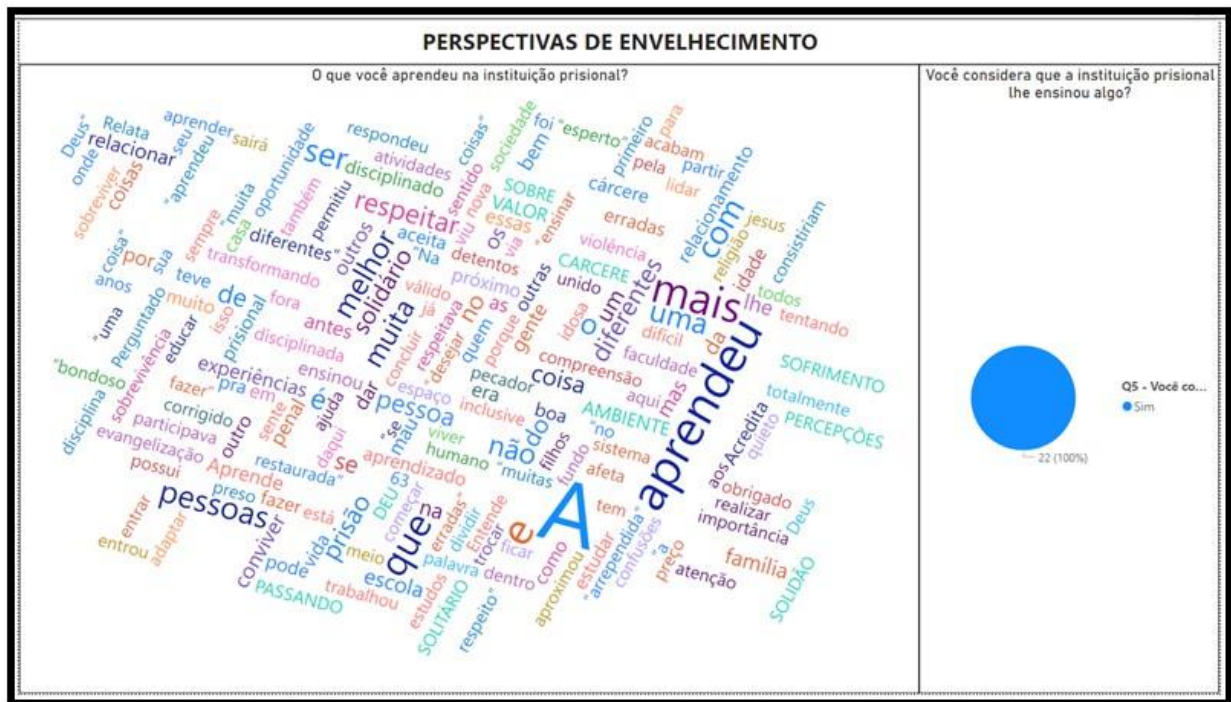
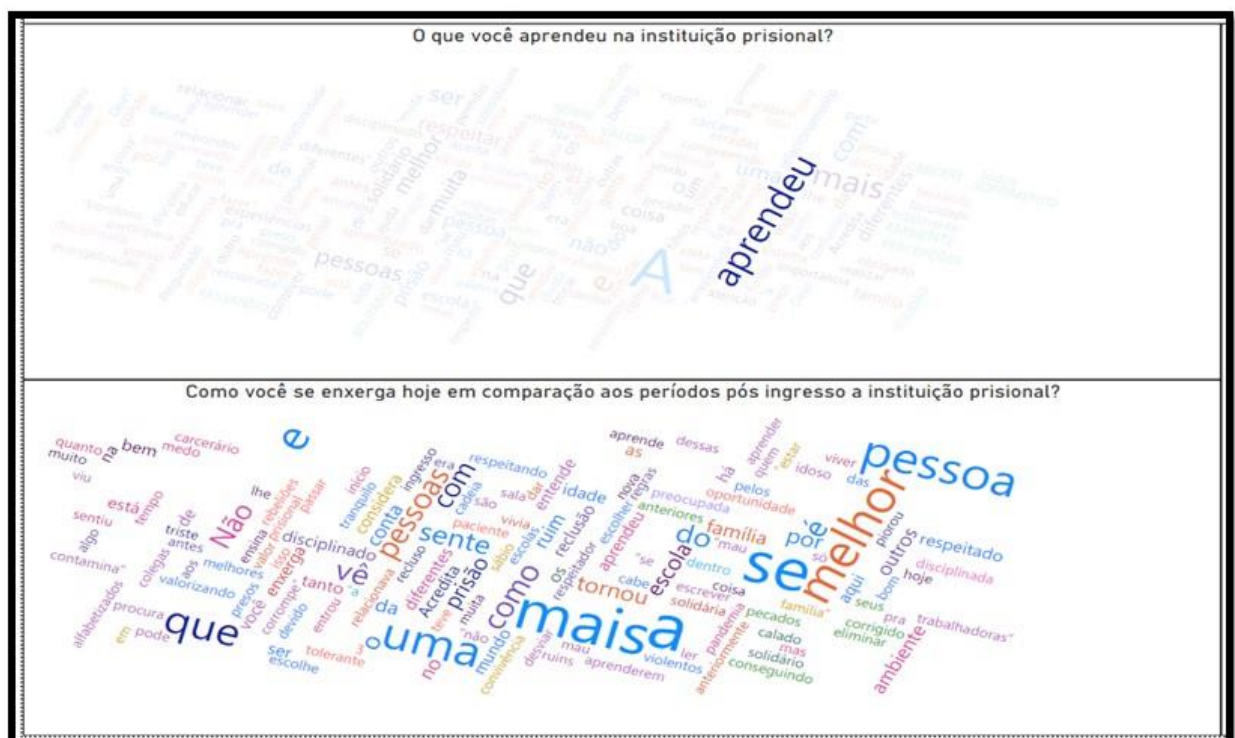


Figura 17

Aprendizados relatados pelos detentos de uma instituição prisional do estado do Pará.



Percebe-se que as políticas públicas atuais, em geral, não têm influenciado de forma positiva para o resgate da dignidade da população idosa encarcerada. A maneira que se tem tratado a pessoa idosa encarcerada não fornece meios adequados a garantir sua sobrevivência a partir de uma vida digna, apesar da maioria dos detentos entrevistados admitirem possuir uma boa perspectiva de envelhecimento e que o cárcere é capaz de lhes ensinar algo. No entanto, conforme o observado nesta pesquisa, os participantes relataram aprender a ser pessoas melhores, reforçando a ideia de que o ser humano está em processo de mudança constantemente e que a depender de experiências exitosas esse cenário pode ser melhorado.

De acordo com a teoria do *life-span*, o desenvolvimento humano pode ser compreendido como um fenômeno dinâmico, heterogêneo e contextualizado que ocorre ao longo de toda a vida, portanto, não se restringe a um único período etário. Para a compreensão do desenvolvimento, esse paradigma considera, entre outros elementos, as situações vividas subjetivamente, as dinâmicas intergeracionais, assim como as mudanças no contexto histórico dos indivíduos (Baltes & Smith, 2018).

Assim, reconhecer que a pessoa idosa em situação de reclusão em uma instituição penitenciária merece atenção em suas fragilidades, e ao mesmo tempo pode ser considerada como um indivíduo com a possibilidade de recomeço em um futuro não tão distante. Estratégias sociais e educativas podem ser uma das formas de se evitar que suas diferenças e necessidades sejam obstáculos e que passam despercebidas pela sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste estudo teve como objetivo identificar as perspectivas de pessoas idosas privadas de liberdade em uma instituição penitenciária na Amazônia Oriental, no distrito de Icoaraci, cidade de Belém, Pará, com a descrição de suas características biopsicossociais, análise da adaptação e segurança dos participantes da pesquisa na instituição penitenciária, análise de cotidiano e identificação de sentimentos e perspectivas de futuro desse grupo.

Apesar das limitações do estudo, como o universo de entrevistados considerando a dispersão no Estado do Pará, reconhecido por dimensões continentais, foi possível a coleta de dados em uma única casa penal, o Centro de Recuperação de Condenados de Icoaraci – CRCI, em Belém-Pa, uma vez que por uma questão de gestão prisional, ali tentou-se concentrar pessoas idosas que estão em cumprimento de pena em regime fechado.

Por outro lado, outra dificuldade que se visualizava, era o número de pessoas idosas como amostra ser reduzido, considerando a existência de uma diretriz do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) que preconizava colocar em liberdade pessoas idosas em situação de privação de liberdade no período da pandemia que, por conta da idade, eram grupo de risco para efeito de acometimentos de saúde que pudessem levar a óbito. Entretanto, embora não reincidentes em mais de 80%, o estupro de vulnerável foi o crime mais comum entre os praticados pelos entrevistados. Por consequência, o tempo de condenação média das pessoas idosas entrevistadas foi de 16 anos, com idade em média de 62 anos, o que implica numa possibilidade de liberdade estimada aos 80 anos ou mais. Assim, por conta do tipo de crime praticado e pena, não receberam tal benefício.

Considera-se que os objetivos propostos nesta tese foram alcançados. O caminho percorrido demonstrou-se coerente e linear, partindo de um estudo biopsicológico, de caráter objetivo seguindo para entrevista semidirigida de caráter mais subjetivo. Percebemos que o trabalho acrescenta para esta área de estudo um mapa de dados e características gerais de pessoas idosas em situação de privação de liberdade, e principalmente, uma análise do cotidiano e identificação de sentimentos e perspectivas de futuro na percepção dos entrevistados amazônicos.

Verificou-se, entre outros pontos, que os detentos apesar de terem penas altas, ainda a cumprir e idade avançada, em sua totalidade, possuem planos a realizarem após o cumprimento de suas penas, pois se sentem bem fisicamente e aptos a trabalharem e retomarem as suas vidas, demonstrando um comportamento resiliente incomum. Verificou-se também que, a instituição

prisional na qual as pessoas idosas estão custodiadas possuiu a capacidade de ensiná-las algo durante a sua permanência na instituição prisional, estimulando tornarem-se pessoas melhores com o tempo.

Fato notório na pesquisa foi a política interna da Casa penal que abrigava as pessoas idosas. Primeiro, foi observado que havia uma preocupação por parte de direção com as pessoas idosas, inclusive, com a destinação exclusiva de uma cela para este grupo, a “Cela 25”, fato que de acordo com os relatos, trazia maior sensação de segurança e zelo, uma espécie de tratamento diferenciado para melhor.

Segundo, observamos a presença, a qual foi corroborada pelo relato do entrevistado 8, de detentos mais jovens, número que variava de 2 a 3, na cela junto com pessoas idosas que faziam o papel de “cuidadores” em troca de benefícios como certificação de bom comportamento e horas de trabalho para efeito de progressão de regime penal. Essas práticas demonstraram serem de grande valia e experiência exitosa pois traziam benefícios a todos os atores envolvidos, demonstrando que é possível garantir uma melhor qualidade de vida em presídios que abrigam pessoas idosas, mesmo com as situações adversas de afastamento da sociedade e em um ambiente de violência e hostilidade.

No que concerne aos resultados encontrados, reputamos como importantes na tomada de decisões de gestores do sistema penitenciário. Embora reconheçamos que se tem muito a avançar no campo normativo, já existe arcabouço legislativo mínimo para implementação de práticas que visem melhor cuidado e atenção à saúde física e psicológica da pessoa idosa em situação de reclusão em uma instituição penitenciária.

Identificamos como possibilidades de extensão desse estudo, por meio de outras pesquisas, avanços sobretudo, no que se refere às interações das pessoas idosas com outros detentos, com servidores da Casa Penal e familiares com uma amostra mais diversificada em termos geográficos, bem como estudos comparativos com públicos de outras regiões brasileiras, que possam trazer repercussão de fato na vida prática, ao ponto de ser reconhecido a pessoa idosa em cumprimento de pena o direito de uma vida digna. A pesquisa também pode avançar na compreensão do comportamento resiliente e positivo deste grupo em uma perspectiva de futuro, considerando as condições do cárcere e da situação individual por qual os detentos passam.

Por meio do presente estudo concluímos que o sistema carcerário no estado em que se encontra ainda apresenta aspectos que podem ser melhorados e aprimorados, como o incentivo

as atividades socioeducativas e ocupacionais e um tratamento mais humanizado, por exemplo. Se faz necessária a criação de políticas públicas penitenciárias que estimulem as atividades internas voltadas a pessoas idosas que apresentam uma longa pena a cumprir e que as condições biopsicossociais. E concluímos também que, a rotina e as perspectivas das pessoas idosas encarceradas investigadas na instituição prisional são moduladas ao longo dessa permanência pelas condições de vulnerabilidade social, pelas características ambientais e pelo contexto histórico e cultural, de modo concorrente, conferindo maiores riscos à saúde integral, embora apresentem algum grau de adaptabilidade/resiliência.

REFERÊNCIAS

- Alves, J. E. D. (2019). Envelhecimento populacional no Brasil e no mundo. *Revista Longeviver*.
- Andrade, A. B. de G., & Ramos, E. M. L. S. (2020). Trabalho e prisão: o perfil dos presos do Centro de Progressão Penitenciária de Belém, Estado do Pará, Brasil. *Research, Society and Development*, 9(9), e376997251–e376997251.
- Baltes, P. B. (1987). Theoretical propositions of life-span developmental psychology: On the dynamics between growth and decline. *Developmental psychology*, 23(5), 611.
- Baltes, P. B. (2019). Life-span developmental psychology: Observations on history and theory revisited. In *Developmental psychology* (pp. 79–112). Routledge.
- Baltes, P. B., & Baltes, M. M. (1990). Psychological perspectives on successful aging: The model of selective optimization with compensation. *Successful Aging: Perspectives from the Behavioral Sciences*, 1(1), 1–34.
- Baltes, P., & Smith, J. (2018). Lifespan psychology: From developmental contextualism to developmental biocultural co-constructivism. In *Contextual Influences on Life Span/life Course* (pp. 123–144). Routledge.
- Batista, N. (1990). *Punidos e mal pagos: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje*. Editora Revan.
- Bernardo, L. D., & Carvalho, C. R. A. de. (2020). O papel do engajamento cultural para idosos: uma revisão integrativa da literatura. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 23.
- Biaggio, A. M. B. (2003). *Psicologia do desenvolvimento*. Vozes Petrópolis.
- Birman, J. (1994). O futuro de todos nós: temporalidade, memória e terceira idade na psicanálise. In *O futuro de todos nós: temporalidade, memória e terceira idade na psicanálise* (pp. 24-24).
- Brasil, (1994). *LEI Nº 8.842, DE 4 DE JANEIRO DE 1994*.
- Brasil, C. C. (1984). *LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984*.
- Brasil, M. da J. e S. P., & Nacional, D. P. (2019). Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: Atualização - Junho 2017. *Ministério Da Justiça e Segurança Pública*.
- Brasil, & República, P. da. (2003). Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. *Diário Oficial Da União*.
- Brasil, S. F. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*.
- Brasil, S. para A. J. (1996). *DECRETO Nº 1.948, DE 3 DE JULHO DE 1996*.
- Bronfenbrenner, M. (1973). Equality and equity. *The ANNALS of the American Academy of*

- Political and Social Science*, 409(1), 9–23.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments by nature and design*. Harvard university press.
- Bronfenbrenner, U. (1988). *Interacting systems in human development: Research paradigms: Present and future*.
- Bronfenbrenner, U. (1993). *The ecology of cognitive development: Research models and fugitive findings*, [in:] *Development in context: Acting and thinking in specific environments*, RH Wozniak and KW Fischer. Hillsdale: Erbaum.
- Bronfenbrenner, U. (1994). *Ecological models of human development. I International encyclopedia of the social and behavioural sciences (vol. 3, s. 1643-1647)*, Husen. T. og TN Postlethwaite (red.). Oxford, England: Pergamon Press/Elsevier Science.
- Bronfenbrenner, U. (1999). *Environments in developmental perspective: Theoretical and operational models*.
- Bronfenbrenner, U. (2005). *Making human beings human: Bioecological perspectives on human development*. sage.
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano* (Vol. 80). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (2006). The Bioecological Model of Human Development Handbook of child psychology: Vol 1, Theoretical models of human development (pp. 793-828). Hoboken, NJ, US: John Wiley & Sons Inc.
- Bryson, B. (2020). *Breve história de quase tudo*. Companhia das Letras.
- Camarano, A. A. (2002). *Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica*.
- Camarano, A. A. (2007). Instituições de longa permanência e outras modalidades de arranjos domiciliares para idosos. *Néri: Idosos No Brasil: Vivências, Desafios e Expectativas Na Terceira Idade*, 169–190.
- Canazaro, D., & Argimon, I. I. de L. (2010). Características, sintomas depressivos e fatores associados em mulheres encarceradas no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 26(7), 1323–1333.
- Cardão, S. (2009). *O idoso institucionalizado*. Coisas de Ler.
- Carvalho, A. C., Lecat, B., & Sendas, S. (2016). Detention conditions' impact on anxiety and depression levels of prisoners. *European Review of Applied Psychology*, 66(4), 155-162.

- Carvalho, S. de. (2020). *Penas e medidas de segurança no direito penal brasileiro*. Saraiva Educação SA.
- Casagrande, R. A. (2019). *Envelhecimento e dignidade: uma análise da efetivação dos direitos da pessoa idosa na sociedade brasileira*.
- Cayres, G. R. M., & Sponchiado, V. B. Y. (2015). O direito de visita de crianças e adolescentes no sistema prisional brasileiro. *Cadernos Do Programa de Pós-Graduação Em Direito–PPGDir/UFRGS*, 10(3).
- Colombaroli, A. C. M. (2013). Efeitos sociológicos e psicológicos do cárcere. *Diritto. It. Recuperado de <https://bit.ly/3yrxFdB>*.
- Cordeiro, M. H. dos S. (2017). *Aspectos do cuidado com a pessoa idosa na atualidade*.
- Corrêa, M. M. de M. A., & Francisco, J. C. (2019). Para além do encarceramento de idosos: Propostas humanizantes e educativas em presídio brasileiro. *HUMAN REVIEW. International Humanities Review/Revista Internacional de Humanidades*, 8(1), 11–21.
- da Rocha, J. A. (2018). O envelhecimento humano e seus aspectos psicossociais. *Revista Farol*, 6(6), 78–89.
- Dagostini, C. L. F., Ribeiro, I., Antonioli, F., Bressan, C., dos Santos Bonatto, V., Quandt, D. L. K., & Loraschi, M. (2018). Envelhecimento: Senescência ou Senilidade. *Seminário de Iniciação Científica e Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão*.
- de Andrade Batista, M., de Araújo, J. L., & do Nascimento, E. G. C. (2019). Assistência à saúde das pessoas privadas de liberdade provisória: análise da efetividade do plano nacional de saúde do sistema penitenciário. *Arquivos de Ciências Da Saúde Da UNIPAR*, 23(2).
- de Andrade, F. L. J. P. (2020). O processo de envelhecimento populacional, apoio social e a institucionalização de idosos. *Revista Campo Do Saber*, 5(2).
- de Andrade Marconi, M., & Lakatos, E. M. (2017). *Metodologia do trabalho científico*.
- DELL'ISOLA, C. (2019). Idoso encarcerado: violação dos direitos humanos no Brasil. *Diálogos Possíveis*, 18(1).
- Dias, I. (2005). Envelhecimento e violência contra os idosos. *Sociologia: Revista Da Faculdade de Letras Da Universidade Do Porto*, 25, 249–273.
- dos Deputados, C. (2008). CPI do sistema carcerário: Relatório final. *Brasília: Câmara Dos Deputados*.
- dos Santos Lopes, A. M., Tedde, C., Gomes, M. F. P., Higa, E. de F. R., Marin, M. J. S., & Lazarini, C. A. (2020). Idosos privados de liberdade: Expectativas sobre a vida após

- cumprimento da pena. *New Trends in Qualitative Research*, 3, 411–422.
- Durkheim, E. (2007). *As regras do método sociológico. 1858-1917*. São Paulo: Editora Martins Fontes.
- Farias, E. M. F., & de Freitas, N. L. (2021). O massacre no presídio de Altamira: interseções entre racismo ambiental e necropolítica na região norte. *Revista Estudantil Manus Iuris*, 2(1), 81–100.
- Fernandes, M. P. R. (2016). *O olhar dos reclusos adultos e idosos sobre o envelhecimento em contexto prisional*.
- Foucault, M. (2008). *Nascimento da biopolítica. Tradução de Eduardo Brandão*. São Paulo: Martins Fontes.
- Fries, A. T., & Pereira, D. C. (2011). Teorias do envelhecimento humano. *Revista Contexto & Saúde*, 11(20), 507–514.
- Garland, D. (1999). *Castigo y sociedad moderna: un estudio de teoría social*. Siglo xxi.
- Ghiggi, M. P. (2020). Envelhecimento e cárcere: Apontamentos sobre o tratamento do idoso preso em documentos do conselho nacional de política criminal e penitenciária. *Brazilian Journal of Development*, 6(2), 9320–9332.
- Goffman, E. (1961). Manicômios, prisões e conventos. In *Manicômios, prisões e conventos* (p. 316).
- Gois, S. M., Santos Junior, H. P. de O., Silveira, M. de F. de A., & Gaudêncio, M. M. de P. (2012). Para além das grades e punições: uma revisão sistemática sobre a saúde penitenciária. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17, 1235–1246.
- Gomes, L., Costa de Oliveira, A. L. P. F., Ferreira, W. A. S. L., Costa, A. C. C., de Medeiros Rodrigues, G., de Paula Pedra, E. C., ... & Moraes, C. F. (2020). Qualidade de vida de idosos antes e durante a pandemia da COVID-19 e expectativa na pós-pandemia. *Revista Kairós-Gerontologia*, 23, 09-28.
- Gomes, V. S. (2020). Abandono afetivo de idosos e o direito ao envelhecimento digno. *Direito-Araranguá*.
- IBGE, I. B. de G. e E. (2022). *CENSO 2022 - Estado do Pará*. Panorama Censo. <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>
- Kuchnir, T., Leal, J., Macêdo, S., & Tormin, R. V. (2022). A disponibilidade de ações de saúde, educação e trabalho para pessoas presas impactam na diminuição de situações de rebeliões nos presídios? Uma análise técnica. *Revista brasileira de execução penal-rbep*, 3(1), 43–57.

- Le Breton, D. (2011). O envelhecimento intolerável. *Antropologia Do Corpo e Modernidade*.
- Lima, P. V. (2018). *Memória e representações sociais de idosos encarcerados sobre velhice e saúde*.
- Magalhães, J. da S. (2017). *A pessoa idosa no sistema penitenciário: criminalidade, cidadania e condições*.
- Masten, A. S. (2001). Ordinary magic: Resilience processes in development. *American Psychologist*, 56(3), 227.
- Melo, N. S., de Souza, J. C., de Oliveira, M. M., & Coelho, A. B. (2016). Envelhecer no sistema prisional: condições de saúde de idosos privados de liberdade em um CRS-APAC em um município de Minas Gerais. *Enfermagem Revista*, 19(1), 85–101.
- Mendonça, H. D. O. P., Taroco, H. A., Ribeiro, L. V., Reina, L. D. C. B., Silva, M. R., Melo, M. L. O. F., Silva, V. D. M., Augusti, R., Melo, J. O. F., & Brito, E. G. B. (2020). Afeto familiar: sentimento de idosos institucionalizados frente ao abandono da família. *envelhecimento humano: Desafios Contemporâneos-Volume 1*, 1(1), 80–89.
- Monsalve, V. B., & Román, J. A. (2009). Las tensiones de la dignidad humana: conceptualización y aplicación en el derecho internacional de los derechos humanos. *Sur: Revista Internacional de Derechos Humanos*, 6(11), 41–63.
- Mota, M. E. da. (2005). Psicologia do desenvolvimento: uma perspectiva histórica. *Temas Em Psicologia*, 13(2), 105–111.
- Neri, A. L. (2006). O legado de Paul B. Baltes à Psicologia do Desenvolvimento e do Envelhecimento. *Temas Em Psicologia*, 14(1), 17–34.
- Neri, A. L. (2017). Teorias psicológicas do envelhecimento: Percurso histórico e teorias atuais. In *Tratado de geriatria e gerontologia*. Guanabara Koogan.
- Nune, L. A. R. (2002). O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. *São Paulo: Saraiva*.
- Osasona, S. O., & Koleoso, O. N. (2015). Prevalence and correlates of depression and anxiety disorder in a sample of inmates in a Nigerian prison. *The International Journal of Psychiatry in Medicine*, 50(2), 203–218.
- Papaléo Netto, M. (2002). O estudo da velhice no século XX: histórico, definição do campo e termos básicos. *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2–12.
- Papalia, D. E., Olds, S. W., & Feldman, R. D. (2013). Desenvolvimento físico e cognitivo na

- adolescência. Papalia D, Feldman RD, Organizadores. *Desenvolvimento Humano*. 12ª Ed. Porto Alegre: Editora Artmed, 384–419.
- Pavarini, M., & Giamberardino, A. R. (2018). *Curso de penologia e execução penal*.
- Piletti, N., Rossato, S. M., & Rossato, G. (2014). *Psicologia do desenvolvimento*. São Paulo: Contexto.
- Portugal, G., & Tavares, J. (1992). *Ecologia e desenvolvimento humano em Bronfenbrenner*.
- Ramos, P. R. B. (2017). *Série IDP-Curso de direito do idoso*. Saraiva Educação SA.
- Reis Netto, R. M., & Chagas, C. A. N. (2019). Associação interna como forma de integração dos presídios às redes externas do tráfico: a percepção dos agentes territoriais da segurança pública no estado do Pará. *Revista Direito GV*, 15, e1923.
- Rosa, E. M., & Tudge, J. (2013). Urie Bronfenbrenner's theory of human development: Its evolution from ecology to bioecology. *Journal of Family Theory & Review*, 5(4), 243–258.
- Rosa, E. M., & Tudge, J. (2017). Teoria bioecológica do desenvolvimento humano: considerações metodológicas. *Metodologias de Pesquisa e Intervenção Com Crianças, Adolescentes e Jovens*, 17–43.
- Rusche, G., & Kirchheimer, O. (2004). *Punição e estrutura social*. Instituto Carioca de Criminologia.
- Sales, J. E. P. (2021). *Autoritarismo e garantismo; tensões na tradição brasileira*. São Paulo: Editora Tirant Do Brasil.
- Santos, C. S. L. dos, & Nogueira, A. Z. de Q. (2015). Envelhecer em contexto prisional. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 18, 39–48.
- Santos, M. de O. (2018). *Pessoas idosas no sistema prisional: um estudo exploratório a partir do censo penitenciário de 2014, Ceará-Brasil*.
- Silva, M. L. A. da, Bacelar, P. A. A., dos Santos, J. P., do Monte, L. M. I., & do Nascimento, E. F. (2021). Práticas socioeducativas do projuvem urbano em um presídio do Nordeste brasileiro. *Research, Society and Development*, 10(9), e51010917984–e51010917984.
- Soares, R. M. F. (2017). *O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana*. Saraiva Educação SA.
- SOZZO, M. (2017). Pós-neoliberalismo e penalidade na América do Sul: uma introdução. *Pós-Neoliberalismo e Penalidade Na América Do Sul*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 7–26.

- Tavares, G., & Menandro, P. R. M. (2008). Trajetórias de vida de presidiários e possíveis sentidos para a prisão. *Revista Psicologia Política*, 8(15), 121–138.
- Tavares, K. O., Scalco, J. C., Vieira, L., da Silva, J. R., & Bastos, C. C. C. B. (2012). Envelhecer, adoecer e tornar-se dependente: a visão do idoso. *Revista Kairós-Gerontologia*, 15(2), 105–118.
- Vanzella, E. (2020). O envelhecimento, a transição epidemiológica da população brasileira e o impacto nas internações no âmbito do SUS. *Envelhecimento Humano No Século XXI: Atuações Efetivas Na Promoção Da Saúde e Políticas Sociais. Campina Grande: Realize Editora*, 677–695.
- Varella, D. (2005). *Estação carandiru*. Editora Companhia das Letras.
- Wacheleski, N. R. (2015). *As configurações da situação de encarceramento de idosos em Porto Alegre/RS*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- WHO, W. H. O. (2022). *Definition of An Older or Elderly Person*. <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/ageing-and-health>
- dos Santos, A. L. P., & Deluchey, J. F. Y. (2019). O GOVERNO DA VIDA QUE “NÃO VALE NADA”: CAPITAL HUMANO E EXTERMÍNIO NA AMAZÔNIA. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, 157.
- Matos, S. M. M. D. (2019). Dignidade Humana, humilhação e forma de vida. *Revista Direito e Práxis*, 10, 1863-1888.
- Krenak, A. (2020). A vida não é útil: ideias para salvar a humanidade. Objectiva.

APÊNDICES

Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

(Baseado na resolução Nº. 196 de 10/10/1996 do Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidado a participar, como voluntário, da pesquisa intitulada “**O processo de envelhecimento no cárcere na Região Metropolitana de Belém, PA**”. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, redigido em duas vias. Uma delas é sua, e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado, nem terá sua identidade divulgada.

Em caso de dúvida, você pode procurar o pesquisador ou o **Comitê de Ética em Pesquisa do Núcleo de Medicina Tropical da Universidade Federal do Pará, localizado no endereço Av. Generalíssimo Deodoro, 92, CEP 66055-240, Umarizal, telefone 3201-0961, e-mail: cepbel@ufpa.br**.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

O objetivo desta pesquisa é analisar como as pessoas idosas (apenados) são atendidas no sistema carcerário, identificar o desenvolvimento e processo de envelhecimento desta parcela da sociedade quando em cumprimento de pena, por meio do relato verbal dos idosos encarcerados. Os benefícios relacionados a esta pesquisa dizem respeito ao fato de, a partir dos resultados, serem levantadas proposições e propostas de intervenção que podem facilitar a melhoria nas condições de vida e saúde da população idosa dentro das penitenciárias.

Assim, este estudo visa investigar a situação do idoso no sistema carcerário quando do cumprimento de pena.

Esta pesquisa não apresenta nenhum risco à sua integridade física ou psicológica, e durante a coleta de dados você poderá expressar-se livremente. Você poderá desistir de participar desta pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade, mesmo que ela já tenha sido iniciada.

Os dados coletados serão utilizados para a elaboração de relatórios e de artigos científicos. Quando forem publicados, em nenhuma hipótese serão divulgados quaisquer dados que o identifiquem, guardando-se, assim, o absoluto sigilo quanto a suas informações pessoais.

Esta pesquisa oferecerá benefícios tanto à comunidade científica quanto à sociedade, visto que contribuirá para o conhecimento de questões relevantes acerca do envelhecimento humano e da forma como o idoso é atendido no sistema carcerário. Tem-se em vista o aprimoramento desse sistema de forma a respeitar a dignidade humana.

Todo o material coletado durante a pesquisa ficará sob a guarda do pesquisador responsável, podendo ser consultado a qualquer momento por você (devolutiva), mediante solicitação prévia ao pesquisador. Informamos também que os resultados da pesquisa serão comunicados a todos os participantes, bem como às instituições colaboradoras da pesquisa.

Pesquisador responsável:

Data: ____/____/____

Lauro Francisco da Silva Freitas Junior. Celular (91) 9911436XX. E-mail: junior-lauro@uol.com.br

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que li as informações acima sobre a pesquisa e que me sinto perfeitamente esclarecido(a) sobre seu conteúdo, assim como sobre seus riscos e benefícios. Declaro ainda que, por minha livre vontade, aceito participar da pesquisa, cooperando com as informações necessárias.

NOME: _____

Belém, ____/____/____.

RG: _____

Assinatura do participante

Apêndice B – Perfil Biopsicossocial

Dados Gerais	
Nome:	
Grau de Escolaridade:	
Estado Civil:	
Religião:	
Profissão:	
Trabalhava antes da condenação ou era aposentado?	
Qual sua Renda familiar:	
Possui algum problema de Saúde? Qual?	
Tem Filhos (as), Netos (as), Bisnetos (as), Sobrinhos (as)? Quantos?	

Dados Quanto a situação processual do custodiado	
Qual o crime cometido?	
É reincidente?	
Qual a duração da sentença?	
Com que idade iniciou o cumprimento de pena?	
Há quanto tempo se encontra cumprindo pena?	

Apêndice C – Entrevistas dos detentos participantes do estudo

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Adaptação e Segurança na Casa Penal

- O que foi mais difícil para você quando chegou aqui?
- Já conhecia a realidade prisional?
- Preocupa-se com a sua segurança na prisão?
- O que faz para se manter seguro?
- O que, na sua opinião, deveria mudar no funcionamento da casa penal para tornar sua permanência aqui mais segura?

Rotina Prisional

- Descreva sua rotina, incluindo finais de semana?
- São oferecidas atividades socioeducativas? Se sim, você participa de quais?
- Você desenvolve algum trabalho na casa penal? Se sim, quais funções lhe são atribuídas?

O Processo de Envelhecimento no Contexto Prisional

- Dentre seus companheiros aqui, quem você considera novo e quem considera velho?
- Qual o papel desempenhado pelos mais velhos no meio prisional?
- Na sua opinião, o governo se preocupa com pessoas idosas que cumprem pena?

Percepções e dinâmica socioafetiva no Cárcere

- Você recebe visitas? Se sim, quem lhe visita?
- Como ficou o seu relacionamento com amigos e sua família depois que você foi preso?
- Já teve oportunidade de contatar com pessoas do exterior?
- De quem recebe mais visitas? Continuam a ser as mesmas pessoas que já lhe eram mais próximas ou não?

Perspectivas de Envelhecimento

- Como gosta que fosse o seu regresso ao meio livre?
- Você tem planos para quando sair daqui? Se não tem, por quê? Se sim, você se sente capaz de realizar esses planos?
- Você considera que aprendeu algo aqui dentro?
- Como você se vê hoje, em comparação a quando entrou?

Participante 1

O “participante 1” possui a idade de 64 anos. É casado. Estudou somente até a 2ª série do Ensino Fundamental, possuindo enquanto grau de escolaridade o “Ensino Fundamental Incompleto”. É pai de 9 filhos. Se identifica como praticante da religião “Evangélica”. Possui hipertensão arterial adquirida em momento anterior ao ingresso na instituição penitenciária. Antes de ingressar na instituição prisional trabalhava como comerciante local, sendo proprietário de um “mercadinho de bairro”. Não possuía uma renda fixa e não era e nem é aposentado. Atualmente cumpre pena a 4 anos no sistema prisional paraense, tendo sido acusado pelo crime de Estupro de Vulnerável (Art. 217 – A do Código Penal), com a duração da sentença pelo tempo de 13 anos, sendo não reincidente, isto é, vivenciando a experiência institucional prisional pela primeira vez.

Participante 2

O “participante 2” possui a idade de 66 Anos. É solteiro. Estudou somente até a 8ª Série do Ensino Fundamental, possuindo enquanto grau de escolaridade o Ensino Fundamental Completo. É pai de 8 filhos. Se identifica como cristão, mas não se considera praticante de nenhuma religião. Possui enquanto problema de saúde Hipertensão Arterial adquirida em momento anterior ao ingresso institucional. Trabalhava como Agricultor e não era e nem é aposentado. Atualmente cumpre pena a 14 anos no sistema prisional paraense, tendo sido acusado pelo crime de Estupro de Vulnerável (Art. 217 – A do Código Penal), com a duração da sentença pelo tempo de 45 anos, sendo não reincidente, ou seja, vivenciando a experiência institucional prisional pela primeira vez.

Participante 3

O “participante 3” possui a idade de 73 Anos. É viúvo. Possui o Ensino Médio Completo. É pai de 4 filhos. Se identifica como cristão, praticante da religião “Católica”. Relatou que possui enquanto problema de saúde Hipertensão Arterial e Diabetes. Antes de seu ingresso na instituição, trabalhava como Fiscal de Obras e é aposentado, possuía renda fixa de mais de um salário-mínimo. Atualmente cumpre pena a 3 anos no sistema prisional paraense, tendo sido acusado pelo crime de Estupro de Vulnerável (Art. 217 – A do Código Penal), com a duração da sentença pelo tempo de 6 anos e 3 meses, sendo não reincidente, vivenciando a experiência institucional prisional pela primeira vez.

Participante 4

O “participante 4”, possui a idade 66 anos. É solteiro. Estudou somente até a 4ª série do Ensino Fundamental, possuindo ao ingresso no sistema prisional, o grau de escolaridade “Ensino Fundamental Incompleto”. Contudo, retomou seus estudos na instituição prisional, concluindo o 3º ano do Ensino Médio. Não comentou a existência ou não de filhos a pesquisa. Se identifica como cristão, praticante da religião “Católica”. Relatou que não possui nenhum problema de saúde. Antes de seu ingresso na instituição, trabalhava como Comerciante local, e não possuía uma renda fixa e não era nem é aposentado. Atualmente cumpre pena a 7 anos no sistema prisional paraense, tendo sido acusado pelo crime de Estupro de Vulnerável (Art. 217 – A do Código Penal), com duração da sentença pelo tempo de 27 anos, sendo não reincidente, vivenciando a experiência institucional penitenciária pela primeira vez.

Participante 5

O “participante 5” possui a idade de 66 anos e solteiro. Relatou na etapa de preenchimento do questionário Biosociodemográfico que nunca estudou, mas que atualmente, após o ingresso a instituição, está estudando a 1ª série do Ensino Fundamental. Não comentou a existência ou não de filhos a pesquisa. Se identifica como cristão, praticante da religião “Católica”. Relatou enquanto problema de saúde que possui Câncer de Próstata desenvolvido após o ingresso na instituição prisional. Antes de seu ingresso na instituição, trabalhava como Vaqueiro, possuía uma renda fixa de 1 salário-mínimo e não era nem é aposentado. Atualmente cumpre pena a 3 anos e 6 meses no sistema prisional paraense, tendo sido acusado pelo crime de Estupro de Vulnerável (Art. 217 – A do Código Penal), com duração da sentença pelo tempo de 9 anos e 10 meses, sendo não reincidente, vivenciando a experiência institucional penitenciária pela primeira vez.

Participante 6

O “participante 6” possui a idade de 70 anos. É Casado. Relatou na etapa de preenchimento do questionário Biosociodemográfico que estudou somente até a 3ª série do Ensino Fundamental, possuindo ao ingresso no sistema prisional o grau de escolaridade “Ensino Fundamental Incompleto”. É pai de 6 Filhos. Se identifica como cristão, praticante da religião “Evangélica”. Relatou enquanto problema de saúde, que possui Hipertensão Arterial, adquirida em momento anterior ao ingresso na instituição. Antes de seu ingresso na instituição, trabalhava com serviços gerais e como carpinteiro, possuía uma renda fixa de 1 salário-mínimo e não era nem é aposentado. Atualmente cumpre pena a 1 ano e 10 meses no sistema prisional paraense, tendo sido acusado pelo crime de Estupro de Vulnerável (Art. 217 – A do Código Penal), com

duração da sentença pelo tempo de 6 anos, sendo não reincidente, vivenciando a experiência institucional penitenciária pela primeira vez.

Participante 7

O “participante 7” não soube informar sua idade. Relatou que possui o estado civil “Solteiro”. Que nunca estudou, mas que após o ingresso na instituição prisional, iniciou seus estudos, e atualmente se encontra cursando a 5ª série do Ensino Fundamental. Relatou que é pai de 1 filho (a). Que se identifica como cristão, praticante da religião “Católica”. Que quanto a problemas de saúde, possui Hipertensão Arterial adquirida em momento anterior ao ingresso na instituição. Que antes de ingressar a instituição, trabalhava como Feirante, e não possuía renda fixa, mas ganhava menos de um salário-mínimo ou até um salário-mínimo. Atualmente cumpre pena a 4 anos pelo crime de Homicídio (Art. 121 do Código Penal), com duração da sentença pelo tempo de 13 anos, sendo não reincidente, vivenciando a experiência institucional penitenciária pela primeira vez.

Participante 8

O “participante 8” declarou ter 63 anos de idade, possui o estado civil “Solteiro”, e estudou somente até a 3ª série do ensino fundamental, possuindo enquanto grau de estudo o “Ensino Fundamental Incompleto”. É Pai de 3 filhos (a). Se identifica como Cristão praticante da religião “Evangélica”. Possui enquanto problema de saúde uma lesão permanente na cabeça, ocasionada por um tiro de bala, e paralisia no lado esquerdo, fazendo necessitar da ajuda de um cuidador, que no CRCI trata-se de um residente local mais novo, que convive na cela com o idoso que possui alguma limitação, o auxiliando nas tarefas essenciais. Antes de ingressar na instituição, trabalhava como Lavrador e não possuía uma renda fixa, sua renda variava de menos de um salário-mínimo até um salário-mínimo. Atualmente cumpre pena a 7 anos pelo crime de Estupro de Vulnerável (Art. 121 do Código Penal), com duração da sentença pelo tempo de 11 anos, sendo não reincidente, vivenciando a experiência institucional penitenciária pela primeira vez.

Participante 9

O “participante 9” não soube informar sua idade. Relatou que possui o estado civil “Solteiro”, e que antes da reclusão não possuía escolaridade. Contudo, após o ingresso a instituição experimentou a experiência de práticas socioeducativas, iniciando seus estudos. Atualmente cursa a 5ª série do Ensino Fundamental. Não comentou a existência ou não de filhos

(a). Se identifica como cristão, praticante da religião “Evangélica”. Não relatou a existência de problemas de saúde. Antes de ingressar na instituição trabalhava com manutenção de refrigeração, não possuía uma renda fixa, e não era e nem é aposentado. Atualmente cumpre pena a 7 anos pelo crime de Estupro de Vulnerável (Art. 121 do Código Penal), com duração da sentença pelo tempo de 20 anos, sendo não reincidente, vivenciando a experiência institucional penitenciária pela primeira vez.

Participante 10

O “participante 10” informou que possui 61 anos. É “Divorciado”. Estudou somente até a 8ª Série do Ensino Fundamental, possuindo o Ensino Fundamental Completo. É pai de 8 Filhos (a). Se identifica como cristão, praticante da religião “Católica”. Relatou enquanto problemas de saúde que possui problemas na coluna e em seu braço, adquiridos após seu ingresso na instituição prisional, mas não soube especificar tais problemas. Antes de ingressar na instituição trabalhava como Encarregado de Obras e Comerciante, não possuindo uma renda fixa, mas ganhando menos de um salário-mínimo ou mais de um salário-mínimo, a depender dos serviços que conseguia. Também não era e nem é aposentado. Atualmente cumpre pena a 1 ano e 9 meses na instituição pelo crime de Estupro de Vulnerável (Art. 121 do Código Penal), com duração da sentença pelo tempo de 18 anos e 6 meses, sendo não reincidente, vivenciando a experiência institucional penitenciária pela primeira vez.

Participante 11

O “participante 11” informou que possui 80 anos de idade. É “Solteiro”. Nunca estudou ou teve alguma experiência socioeducativa na vida, tampouco ingressou nos estudos após seu ingresso a instituição. É pai de 5 Filhos (a). Se identifica como cristão, sendo praticante da religião “Católica”. Relatou que possui enquanto problema de saúde Hipertensão Arterial, Problemas na coluna e Próstata. Antes de ingressar na instituição exercia a profissão de Lavrador. Relatou que era aposentado e possuía uma renda fixa de um salário-mínimo. Atualmente cumpre pena a 8 anos pelo crime de Estupro de Vulnerável (Art. 217 – A do Código Penal), com duração da sentença pelo tempo de 39 anos, sendo não reincidente, vivenciando a experiência institucional penitenciária pela primeira vez.

Participante 12

O “participante 12” informou que possui 66 anos de idade. É “Divorciado”. Estudou somente até a 3ª série do Ensino Fundamental, possuindo enquanto grau de escolaridade o “Ensino Fundamental Incompleto”. É pai de 9 filhos (a). Se identifica como cristão, mas não é

praticante de nenhuma religião. Relatou que possui enquanto problema de saúde Câncer de Próstata e Hérnia de Disco desenvolvidos após seu ingresso na instituição prisional. Antes de ingressar na instituição exercia a profissão de Piloto de Barco e Garçom, e não possuía uma renda fixa, ganhando de um salário-mínimo até mais que um salário-mínimo. Não era e nem é aposentado. Atualmente cumpre pena a 6 anos pelo crime de Estupro de Vulnerável (Art. 217 – A do Código Penal), com duração da sentença pelo tempo de 15 anos, sendo não reincidente, vivenciando a experiência institucional penitenciária pela primeira vez.

Participante 13

O “participante 13” não soube informar sua idade. É “Viúvo”. Estudou somente até a 1ª série do Ensino Fundamental, possuindo enquanto grau de escolaridade o “Ensino Fundamental Incompleto”. É pai de 2 filhos (a). Se identifica como Cristão, e é praticante da religião “Evangélica”. Relatou que possui enquanto problema de saúde deficiência auditiva no lado esquerdo anterior ao ingresso na instituição prisional. Antes de ingressar na instituição exercia a profissão de Pedreiro, e não possuía uma renda fixa, variando entre menos de um salário-mínimo até um salário-mínimo e não era nem é aposentado. Atualmente cumpre pena pelo crime de Estupro de Vulnerável (Art. 217 – A do Código Penal), mas não soube informar quanto tempo está cumprindo pena, tampouco a duração de sua sentença. Contudo, soube esclarecer que é não reincidente. Isto é, está vivenciando a experiência institucional prisional pela primeira vez.

Participante 14

O “participante 14” informou que possui 72 anos de idade. É “divorciado”. Estudou até o 3º ano do ensino médio, possuindo enquanto grau de escolaridade o “Ensino Fundamental Completo”, e não teve o interesse em continuar seus estudos na instituição penitenciária. É pai de 5 filhos. Se identifica como cristão, e é praticante da religião “Evangélico”. Relatou que possui enquanto problema de saúde Hipertensão Arterial adquirida em momento anterior ao ingresso na instituição. Antes de ingressar na instituição, exercia a profissão de Massoterapeuta, e possuía uma renda fixa de mais de um salário-mínimo, e não era nem é aposentado. Atualmente cumpre pena a 19 anos pelo crime de Homicídio (Art. 121 do Código Penal), com duração de sentença pelo tempo de 18 anos e 16 dias, sendo não reincidente, vivenciando a experiência institucional penitenciária pela primeira vez.

Participante 15

O “participante 15” informou que possui 72 anos de idade. É “Casado”. Estudou somente até a 3ª série do ensino fundamental, possuindo o enquanto grau de ensino o “Ensino Fundamental Incompleto”, e não teve interesse em continuar seus estudos na prisão. É pai de 3 filhos. Se identifica como cristão, praticante da religião “Católica”. Relatou que possui enquanto problema de saúde na próstata adquirido após seu ingresso na instituição prisional. Antes de ingressar na instituição exercia a profissão de Pedreiro, possuía uma renda fixa de um salário-mínimo e era aposentado. Atualmente cumpre pena a 2 anos pelo crime de Estupro de Vulnerável (Art. 217 – A do Código Penal), com duração de sentença pelo tempo de 10 anos, 3 meses e 9 dias, sendo não reincidente, vivenciando a experiência institucional penitenciária pela primeira vez.

Relata que o ingresso na instituição não deixou suas relações fragilizadas, informou que recebe visitas de sua esposa e de sua neta, que ainda possui notícias de seus amigos e familiares, e que receberia visitas de mais pessoas se os procedimentos de segurança institucional não determinassem um número específico de visitantes. Também relatou que mesmo institucionalizado, se sente capaz de realizar planos quando encerrar seu cumprimento de pena na instituição, porque quer trabalhar, cuidar de sua família e fazer tudo diferente. Relatou que se imagina retornando as atividades que realizava antes do ingresso institucional, realizando seu trabalho de Pedreiro e retornando a família. E que aprendeu na instituição a não realizar coisas erradas, a dar mais atenção e importância aos filhos e a família, e a ser mais solidário e unido, uma vez que “na prisão um ajuda o outro, doutor”.

Participante 16

O “participante 16” informou que possui 63 anos de idade. É “Casado”. Estudou somente até a 7ª série do ensino fundamental, possuindo o enquanto grau de ensino o “Ensino Fundamental Incompleto”, e não teve interesse em continuar os estudos na prisão. É pai de 3 filhos. Se identifica como cristão, praticante da religião “Católica”. Relatou que possui enquanto problema de saúde problemas na coluna, adquirido após seu ingresso na instituição prisional. Antes de ingressar na instituição, exercia a profissão de Gráfico Impressor, possuía uma renda fixa de mais de um salário-mínimo e era aposentado. Atualmente cumpre pena a 2 anos pelo crime de Estupro de Vulnerável (Art. 217 – A do Código Penal), com duração de sentença pelo tempo de 17 anos, sendo não reincidente, vivenciando a experiência institucional penitenciária pela primeira vez.

O participante relatou que o seu ingresso na instituição não fragilizou suas relações, que recebe visitas de sua esposa, mas que há mais pessoas que possuem o interesse de o visitar, mas a cota de visitas estabelecida pelos procedimentos de segurança institucional não possibilita isso. Também relatou que realiza planos para realizar quando sair da instituição, e apesar da idade, se sente capaz de realizar estes planos quando sair da vivência institucional, porque se sente jovem e disposto, e em razão disso se sente bem para trabalhar e retornar as atividades que exercia anteriormente ao ingresso institucional. Relatou que que aprendeu na instituição a se relacionar com pessoas diferentes, que “na prisão é obrigado a conviver com pessoas diferentes”. E que acredita que pela idade, possui uma compreensão e relacionamento melhor com os outros sujeitos institucionalizados.

Participante 17

O “participante 17” não soube informar sua idade. É “Divorciado”. Relatou que nunca estudou, mas a partir do ingresso na instituição passou a experimentar práticas socioeducativas, foi alfabetizado e continua estudando na instituição, mas não informou qual série. É pai de 5 filhos. Se identifica como cristão, praticante da religião “Evangélica”. Relatou que possui enquanto problema de saúde Hipertensão Arterial, adquirida anteriormente a seu ingresso na instituição prisional. Antes de ingressar na instituição, exercia a profissão de Comerciante, e não possuía uma renda fixa, ganhava em torno de menos de um salário-mínimo até mais de um salário-mínimo e não era nem é aposentado. Atualmente cumpre pena pelo crime de Homicídio (Art. 121 do Código Penal), mas não soube responder qual a duração de sua sentença, tampouco a quanto tempo se encontra cumprindo pena, mas relatou que é não reincidente. Isto é, vivenciando a experiência institucional penitenciária pela primeira vez.

Relata que o ingresso na instituição não fragilizou suas relações, que possui três filhos cadastrados para visita, mas atualmente recebe a visita de apenas um, devido este morar mais próximo da instituição. Também relatou que realiza planos para realizar quando sair da instituição, que gostaria de reencontrar sua família, conseguir sua aposentadoria. Também relatou que gostaria de realizar algum trabalho, mas que se encontra muito debilitado fisicamente, uma vez que já teve dois acidentes vasculares cerebrais. Relatou que que aprendeu na instituição a respeitar o outro e a ser mais solidário, e se vê como uma pessoa melhor, entende que a prisão é a escola do mau pra quem procura, “mau são pessoas, não é o ambiente que corrompe”. “Se você desviar dessas pessoas, você não se contamina”, “não há só pessoas ruins,

há pessoas do bem, trabalhadoras”. Relatou também que entende que o idoso pode aprender, viu colegas de sala não alfabetizados aprenderem a escrever e a ler.

Participante 18

O “participante 18” possui 73 anos de idade. É “Casado”. E relatou que possui o ensino fundamental completo, e não teve interesse em continuar seus estudos na instituição prisional. É pai de 4 filhos. Se identifica como cristão, praticante da religião “Evangélica”. Relatou que possui enquanto problema de saúde Hipertensão Arterial, adquirida anteriormente a seu ingresso na instituição prisional. Antes de ingressar na instituição exercia a profissão de “Agricultura na roça”, e possuía uma renda fixa de um salário-mínimo e é aposentado. Atualmente cumpre pena a 7 anos pelo crime de Estupro de Vulnerável (Art. 217 – A do Código Penal), com duração de sentença pelo tempo de 18 anos e 3 meses, e é não reincidente. Isto é, vivenciando a experiência institucional penitenciária pela primeira vez.

Relata que o ingresso na instituição fragilizou suas relações familiares, uma vez que não recebe visitas por conta da distância da instituição e o local de residência de sua família. Também relatou que foi dado a oportunidade de realização de visita videoconferência, mas sua família é muito pobre e não possui recursos para realizar a visita por meio virtual. Relatou que apesar da idade, se sente disposto e gostaria de trabalhar, mas por conta de sua idade, tais atividades não são permitidas. Informou que realiza planos, e se imagina retornando as suas atividades que realizava antes de seu ingresso na instituição, exercendo suas atividades na roça. Relatou que aprendeu na instituição “a ser uma pessoa melhor”. Que não vê na residência institucional algo ruim, porque após o ingresso na instituição se tornou uma pessoa melhor do que era antes, mais disciplinado, mais respeitador das regras e mais respeitador aos outros.

Participante 19

O “participante 19” possui 79 anos de idade. É “Casado”. E relatou que estudou até a 2ª série do ensino fundamental, possuindo enquanto grau de estudo o “Ensino Fundamental Incompleto”, e não teve interesse em continuar seus estudos na instituição prisional. É pai de 4 filhos. Se identifica como cristão, praticante da religião “Evangélica”. Relatou que possui enquanto problema de saúde Diabetes, adquirida anteriormente a seu ingresso na instituição prisional, Hipertensão Arterial e Hepatite C, adquiridas em momento posterior a seu ingresso na instituição.

Antes de ingressar na instituição exercia a profissão de Jardineiro, e possuía uma renda fixa de um salário-mínimo e é aposentado. Atualmente cumpre pena a 3 anos e 7 meses pelo crime

de Estupro de Vulnerável (Art. 217 – A do Código Penal), com duração de sentença pelo tempo de 10 anos, e é não reincidente. Isto é, vivenciando a experiência institucional penitenciária pela primeira vez. Relata que o ingresso na instituição não fragilizou suas relações familiares, e que recebe visitas de sua esposa e filhos.

Relatou que realiza planos e sente capacidade de realizar seus planos quando sair da instituição, e se imagina retornando as atividades de jardinagem. Também relatou que acredita que aprendeu muita coisa, que “a prisão é uma escola boa que permitiu conviver com pessoas diferentes e se relacionar melhor com pessoas diferentes”. E relatou que hoje se considera uma pessoa melhor, mais sábio, por conta da convivência com pessoas diferentes. E que se considera estar em uma família.

Participante 20

O “participante 20” possui 62 anos de idade. É “Casado”. E relatou que estudou até a 2ª série do ensino fundamental, possuindo enquanto grau de estudo o “Ensino Fundamental Incompleto”, e não teve interesse em continuar seus estudos na instituição prisional. É pai de 2 filhos. Se identifica como cristão, sendo praticante da religião “Evangélica”. Relatou que possui enquanto problema de saúde uma hérnia, adquirida em momento posterior a seu ingresso institucional. Antes de ingressar na instituição, exercia a profissão de Jardineiro e possuía uma renda fixa de um salário-mínimo e não era nem é aposentado. Atualmente cumpre pena a 4 anos pelo crime de Estupro de Vulnerável (Art. 217 – A do Código Penal), é não reincidente. Isto é, vivenciando a experiência institucional penitenciária pela primeira vez, mas não soube relatar o tempo de duração de sua sentença condenatória transitada em julgado. Relatou que o ingresso na instituição não fragilizou suas relações familiares, e que atualmente possui contato com toda a sua família por conta da possibilidade de visitas por videoconferência estabelecidas na pandemia. Relatou que realiza planos e sente apesar de sua idade, sente capacidade de realizar seus planos quando sair da instituição, e se imagina retornando a morar no interior e realizando seu trabalho na roça. Também relatou que a instituição o ensinou a “não desejar fazer coisas erradas”. “Coisas erradas que acabam por fazer entrar na prisão”. E relatou que “a prisão afeta a família da gente e a família da gente não tem preço”. E que se tornou uma pessoa melhor, e que “a escola do mundo é ruim, a escola aqui dentro é melhor”.

Participante 21

O “participante 21” possui 72 anos de idade. É “Casado”. E relatou que estudou até a 5ª série do ensino fundamental, possuindo enquanto grau de estudo o “Ensino Fundamental

Incompleto”, e não teve interesse em continuar seus estudos na instituição prisional. Não relatou a existência ou não de filhos (a). Se identifica como cristão, sendo praticante da religião “Evangélica”. Não relatou a existência de problemas de saúde anteriores o após seu ingresso na instituição. Antes de ingressar na instituição, exercia a profissão de Motorista, possuía uma renda fixa de um salário-mínimo e é aposentado. Atualmente cumpre pena a 1 ano pelo crime de Estupro de Vulnerável (Art. 217 – A do Código Penal), com duração de sentença pelo tempo de 3 anos e 8 meses, e é não reincidente.

O detento também relatou que o ingresso na instituição fragilizou suas relações familiares, uma vez o ingresso interrompeu seu contato com familiares, mas recebe visitas carcerárias de sua esposa. Relata que realiza planos e entende que apesar de sua idade, possui capacidade de realizar planos após sua saída da instituição, e imagina retornando e recebendo novidades e voltando a exercer seu trabalho como pastor de igreja e motorista. Também relatou que a instituição a ser “mais disciplinado, mais humano, mais esperto e mais bondoso”. Que se tornou uma pessoa melhor, respeitando mais os outros e valorizando mais a família.

Participante 22

O “participante 22” possui 63 anos de idade. Possui uma União estável. Estudou até a 1ª série do ensino fundamental, possuindo enquanto grau de estudo o “Ensino fundamental incompleto”, e não teve interesse em experimentar práticas socioeducativas na instituição. É pai de 5 filhos (a). Se identifica como cristão, sendo praticante da religião “Evangélica Relatou que possui enquanto problema de saúde uma hérnia e Hipertensão Arterial adquiridas em momento anterior a seu ingresso institucional. Antes de ingressar na instituição, exercia a profissão de Pescador. Não possuía uma renda fixa, não era nem é aposentado. Atualmente cumpre pena a 8 anos pelo crime de Estupro de Vulnerável (Art. 217 – A do Código Penal), com duração de sentença pelo tempo de 18 anos, e é reincidente. Isto é, não está vivenciando a experiência institucional penitenciária pela primeira vez. Relatou que o ingresso na instituição fragilizou suas relações familiares, uma vez o ingresso interrompeu seu contato com familiares, mas recebe visitas carcerárias de sua esposa. Relata que realiza planos e entende que apesar de sua idade, possui capacidade de realizar planos após sua saída da instituição, e imagina retornando a seu trabalho de pescador e reencontrando sua família. Também relatou que a instituição o ensinou a “aprendeu a respeitar o espaço do mais próximo, a não começar confusões e a ficar quieto”. E atualmente se compreende como uma pessoa melhor, mais preocupada com a família.

ANEXOS

Anexo A - Parecer consubstanciado do Conselho de Ética em Pesquisa (CEP)

NÚCLEO DE MEDICINA
TROPICAL DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARÁ -
NMT/UFPA

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O processo de Envelhecimento de idosos em uma instituição prisional na Amazônia

Pesquisador: LAURO FRANCISCO DA SILVA FREITAS JUNIOR

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 64222022.0.0000.5172

Instituição Proponente: Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.876.163

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto que contará com a participação de docente e discente vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC/UFPA). A pesquisa abordará um tema com relevância social e acadêmica: o processo de envelhecimento no cárcere em uma unidade prisional da Amazônia. Para tanto, prevê a realização de um estudo de caráter qualitativo, descritivo e exploratório. A amostra será delineada por conveniência dos participantes a partir de aceitação em participar da pesquisa, estimando-se aproximadamente 12 idosos homens que estejam cumprindo pena em uma instituição penitenciária sediada na Amazônia, no estado do Pará. O estudo será realizado no Centro de Recuperação de Condenados de Icoaraci - CRCI, distrito de Belém-Pa. As unidades são coordenadas pela Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE). O Ambiente da coleta será aquele disponibilizado pela SUSIPE. Serão usados três instrumentos: o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo A), o Questionário Biopsicológico (Anexo B) e o Roteiro de entrevista semiestruturada (Anexo C). O Questionário biopsicológico (Anexo B) visa a levantar informações sobre os participantes, como: idade, sexo, escolaridade, renda mensal, profissão, estado civil, entre outras. O Roteiro de entrevista semidirigida (Anexo C) é composto de questões elaboradas pelo pesquisador, de acordo com os objetivos da pesquisa, e será conduzido de forma semidirigida, onde se pretende combinar perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tenha a possibilidade de discorrer

Endereço: Av. Generalíssimo Deodoro, 92

Bairro: Umarizal

UF: PA

Município: BELEM

Telefone: (91)3201-0961

CEP: 66.055-240

E-mail: cepnmt@ufpa.br

**NÚCLEO DE MEDICINA
TROPICAL DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARÁ -
NMT/UFPA**

Continuação do Parecer: 5.876.163

sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada, em forma de relato livre, sempre partindo de uma pergunta guia. A entrevista semiestruturada com os idosos pretende investigar itens que incluem questões relativas à dinâmica de vida no cárcere (processo), aos atributos dos idosos (pessoa), ao contexto no qual eles se encontram inseridos (sistemas ecológicos), aos sentimentos atuais e passados relacionados ao crime e às perspectivas de futuro (tempo) que possam influenciar em processos de envelhecimento e desenvolvimento.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Conhecer a situação de idosos e seus processos de envelhecimento e desenvolvimento quando em cumprimento de pena.

Objetivo Secundário:

1. Identificar as características biopsicológicas dos idosos em cárcere, a partir de 60 anos que estejam no sistema penitenciário do Estado do Pará; 2. Descrever o processo de envelhecimento de pessoas idosas no sistema prisional

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A pesquisa em grupo focal e entrevista pode resultar em desconforto de lembranças desagradáveis; vergonha; interferência nas interações com estranhos(pesquisadores); medo de repercussões eventuais; riscos relacionados a divulgação de imagem.

Benefícios:

A pesquisa trará uma compreensão melhor da realidade dos envolvidos, garantindo o sigilo em relação as respostas dos participantes, as quais serão tidas como confidenciais e utilizadas apenas para fins científicos; garantirá o acesso a um ambiente que proporcione privacidade durante a coleta de dados, por meio de uma abordagem humanizada, optando pela escuta atenta e pelo acolhimento do participante, obtendo informações apenas no que diz respeito aquelas necessárias a pesquisa; garantirá que não haverá interferência dos pesquisadores nos procedimentos habituais do local de estudo ou na vida do participante; compromisso de não publicar qualquer forma de identificação do participante. O resultado da

Endereço: Av. Generalíssimo Deodoro, 92

Bairro: Umarizal

UF: PA

Município: BELEM

CEP: 66.055-240

Telefone: (91)3201-0961

E-mail: cepnmt@ufpa.br

**NÚCLEO DE MEDICINA
TROPICAL DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARÁ -
NMT/UFPA**

Continuação do Parecer: 5.876.163

pesquisa poderá ensejar em melhores políticas públicas em instituições prisionais as quais habitam sujeitos na faixa etária idosa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto informa o objetivo e o método de pesquisa, sendo estes informados com clareza e relacionados entre si. Ressalta-se que o projeto atende ao que é definido na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde que estabelece as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas com seres humanos (minimização de riscos, autonomia e voluntariedade dos participantes, autorização de participação no estudo por parte dos idosos). Assume-se que não há restrições éticas para sua implementação a partir do delineamento da pesquisa proposto.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

1. FOLHA DE ROSTO CONEP - Documento apresentado e adequado.
2. PROJETO DE PESQUISA ORIGINAL NA ÍNTEGRA - Documento apresentado e adequado.
3. TAI – Termo de Anuência Institucional – documento apresentado e adequado
4. CRONOGRAMA: Apresentado e não adequado, pois prevê o início da coleta de dados no ano de 2022.
5. ORÇAMENTO: Apresentado e adequado.
6. TALE – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido – Não se aplica
7. TCUD – Termo de Compromisso de Utilização de Dados (TCUD) - Não se aplica
8. TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Apresentado e adequado.

Recomendações:

Não há recomendações a serem feitas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O início da coleta de dados só pode ocorrer após a aprovação pelo CEP, sendo de total responsabilidade do pesquisador acatar esta regra.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, este Colegiado manifesta-se pela APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa por estar de acordo com a Resolução CNS no 510/2016, e Norma Operacional 001/2013.

Considerando as questões referentes ao COVID-19, o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do NMT-UFPA esclarece e orienta o pesquisador responsável:

Endereço: Av. Generalíssimo Deodoro, 92

Bairro: Umarizal

CEP: 66.055-240

UF: PA

Município: BELEM

Telefone: (91)3201-0961

E-mail: cepnmt@ufpa.br

**NÚCLEO DE MEDICINA
TROPICAL DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARÁ -
NMT/UFPA**

Continuação do Parecer: 5.876.163

Da aprovação do protocolo de pesquisa por parte do Comitê não decorre a obrigatoriedade da realização, de maneira imediata, da parte da pesquisa que envolve seres humanos;

O cronograma da pesquisa pode ser alterado a qualquer tempo, desde que o pesquisador informe, antecipadamente, ao Comitê a alteração por meio da Plataforma Brasil, via EMENDA. Portanto, dadas as condições atuais, orienta-se para a prorrogação da etapa da pesquisa que envolve seres humanos, quando esta implicar contato físico, de maneira que seja realizada quando nem o pesquisador e nem o participante da pesquisa sejam colocados em risco.

Todos os pesquisadores devem evitar o contato físico com os participantes de pesquisa. Em caso de impossibilidade, devem realizar suas pesquisas de acordo com as recomendações de prevenção de contágio e transmissão do COVID-19, divulgadas pelos órgãos competentes.

No caso de a pesquisa contar com a colaboração de instituições coparticipantes, deverá atentar para as datas em que a pesquisa foi autorizada nas mesmas.

Esclarecemos que a responsabilidade do pesquisador é indelegável, indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais.

Cabe ainda ao pesquisador:

- a) desenvolver o projeto conforme delineado;
- b) elaborar e apresentar os relatórios parciais e final para este CEP;
- c) apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento;
- d) manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa;
- e) encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto;
- f) justificar fundamentadamente, perante o CEP ou a CONEP, alteração ou interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.
- g) comunicar antecipadamente alterações no cronograma por meio da Plataforma Brasil via Emenda.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2020115.pdf	28/11/2022 09:43:14		Aceito

Endereço: Av. Generalíssimo Deodoro, 92

Bairro: Umarizal

CEP: 66.055-240

UF: PA

Município: BELEM

Telefone: (91)3201-0961

E-mail: cepnmt@ufpa.br

**NÚCLEO DE MEDICINA
TROPICAL DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARÁ -
NMT/UFPA**

Continuação do Parecer: 5.876.163

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	28/11/2022 09:42:50	LAURO FRANCISCO DA SILVA FREITAS JUNIOR	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	quali.docx	26/09/2022 13:31:20	LAURO FRANCISCO DA SILVA FREITAS JUNIOR	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	solicitacao.pdf	26/09/2022 13:29:56	LAURO FRANCISCO DA SILVA FREITAS JUNIOR	Aceito
Cronograma	crono.pdf	26/09/2022 13:24:36	LAURO FRANCISCO DA SILVA FREITAS JUNIOR	Aceito
Folha de Rosto	fra.pdf	26/09/2022 13:00:34	LAURO FRANCISCO DA SILVA FREITAS JUNIOR	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BELEM, 03 de Fevereiro de 2023

Assinado por:

**Esther Iris Christina Freifrau von Ledebur
(Coordenador(a))**

Endereço: Av. Generalíssimo Deodoro, 92

Bairro: Umarizal

UF: PA

Município: BELEM

CEP: 66.055-240

Telefone: (91)3201-0961

E-mail: cepnmt@ufpa.br